

A GREVE DOS 250 MIL



A greve continua em Osasco: foi o que decidiram os metalúrgicos daquela cidade, mesmo depois que o Tribunal Regional do Trabalho fixou os índices de reajuste salarial para 1978. Há expectativa de que o mesmo aconteça em São Paulo, apesar do conchavo que Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, fez com os patrões e o TRT para desmoralizar as paralisações, em troca de uma mixaria de aumento e do desconto das conquistas salariais das greves anteriores de maio e junho. Contudo, na capital é imprevisível se o movimento manterá ou não o fôlego inicial.

Agora, os metalúrgicos tratam de avançar na organização dos Comandos Regionais e do Comando Geral da Greve, com representantes indicados nas fábricas e nas sete regiões fabris da cidade. O movimento operário está em quatro páginas desta edição, de 5 a 8.

em tempo de cultura nº 1

Antônio Cândido
Gofredo Telles Neto
Maria Rita Kehl
Valderez Amorim
Jean Claude Bernadet
Raquel Moreno
João Silvério Trevisan
Inês Castilho
Edélcio Mostaçó
César A. de Carvalho
Roniwalter Jatoba

Especial/Suplemento

"Dancin' Days"
Universidade
Cinema brasileiro
Literatura
Homossexualidade
Feminismo
Movimentos negros
A organização
dos professores



CAJÁ EXPLICA SUA PRISÃO E SUA LIBERDADE

"Minha prisão esteve vinculada ao contexto de minha própria vida como participante do movimento estudantil e como pessoa que participa também dos trabalhos pastorais da Arquidiocese de Olinda e Recife".

A declaração é de Edval Nunes da Silva - o Cajá-, libertado no último dia 31, depois de 173 dias de prisão. Em entrevista exclusiva a EM TEMPO, ele confirma o processo de torturas físicas e psicológicas que teve de enfrentar na Polícia Federal, analisa as causas de sua prisão e o sentido do amplo movimento pela sua libertação. Pág. 3.



Sergio Sbragia

OPOSIÇÃO NAS RUAS.

Cerca de mil soldados da PM armados até os dentes, cães policiais e "brucutus". Este o esquema montado para liquidar com a caminhada eleitoral oposicionista, no Rio de Janeiro, na última terça-feira. Afora a repressão desencadeada pelo governo, a própria direção do MDB carioca - dominada por Chagas Freitas - tudo fez para impedir a manifestação; mas o apoio popular deu força para que os candidatos combativos dessem seus recados contra a ditadura e contra o chaguismo. Pág. 2

Custo de Vida:
agora a ligação
entre o bairro
e a fábrica. Pág. 6

Vlado Herzog:
sentença judicial
abre brecha para
a Anistia?

ESPAÑA:
As Comissões
operárias e
o novo poder. Pág. 7

Seis horas de luta contra a ditadura e o chaguismo

A mais importante manifestação eleitoral da oposição do Rio de Janeiro, nesta campanha morna e sem vigor, foi violentamente reprimida por forças policiais na tarde de terça-feira, dia 31. Cerca de mil soldados da PM, armados de cassetetes comuns e elétricos, bombas de efeito moral, sprays de gás lacrimogênio, cães policiais, "brucutu" (caminhão-tanque para lançar água em alta pressão) e sofisticados esquemas de comunicação e de bloqueio da cidade, tentaram impedir que milhares de pessoas acompanhassem o senador Nelson Carneiro, candidato à reeleição, em sua caminhada eleitoral ao longo da Avenida Rio Branco, no centro do Rio.

Proibida, na véspera, pela própria direção do MDB dominada pelo Sr. Chagas Freitas (que, cada vez mais, deixa explícito seu apoio à lacerdista Sandra Cavalcanti, candidata da Arena às eleições para o Senado), a caminhada acabou se transformando numa manifestação firme, corajosa dos candidatos populares contra o chaguismo e a ditadura militar. Em que pese a inevitável capitalização do senador Nelson Carneiro, foram estes candidatos que realmente puxaram o movimento. De braços dados, enfrentando a polícia e levando porrada, José Eudes, Raymundo de Oliveira, Heloneida Stuart, Ismael Lopes (que acabou preso, apesar de a legislação eleitoral proibir a prisão de candidatos, salvo em flagrante de delito) - candidatos a deputado estadual - Marcelo Cerqueira, Délio dos Santos, José Frejat, Flores da Cunha - candidatos a deputado federal - e mais o vereador Antonio Carlos de Carvalho e o deputado cassado Lysâneas Maciel foram, ao longo de toda a caminhada, uma espécie de parede protetora do senador.

Nas ruas, durante toda a manifestação, a população participou ativamente - ora vaiando intensamente as forças policiais e mandando sobre elas, do alto dos edifí-

cios, sacos de água e até cinceiros; ora aplaudindo os manifestantes, engrossando as passeatas relâmpagos que ininterruptamente se formaram durante três horas (de 13 às 16 hs) e fazendo coro nas palavras de ordem puzadas pelos candidatos populares. Algumas, como "O povo não tem medo, abaixo o Figueiredo", "Abaixo a repressão, mais arroz e mais feijão" e "O povo unido jamais será vencido" eram respondidas por populares que se espriam nas paredes da Avenida, se refugiavam da polícia nas galerias ou eram surpreendidos pelas passeatas nos sinais de trânsito ou na Cinelândia.

Com um inequívoco apoio popular e já temperados por outras manifestações, a caminhada de terça-feira acabou surpreendendo a própria polícia que, apesar de todo o aparato repressivo, não conseguiu controlá-la. Ela ainda não tinha saído da Praça Mauá, no início da Avenida Rio Branco e onde se localizam os pontos finais de todos os ônibus para a Baixada Fluminense, e a porrada começou a comer. Sob o pretexto de "proteger" Nelson Carneiro, a PM o cercou e tentou dispersar os que estavam em volta com golpes de cassetete. O candidato José Eudes foi o primeiro a ser agredido, agarrado por três PMs e acabou resgatado por outros candidatos, à força.

Passeatas

A partir daí, os grupos se dispersavam e se reagrupavam em seguida, as passeatas se sucediam por toda a cidade, sempre perseguidas pela polícia. Mais de 30 pessoas ficaram gravemente feridas por golpes de cassetetes, mordidas de cães e estilhaços de bombas, 13 pessoas foram detidas e soltas depois de interrogadas e identificadas no DOPS. Por diversas vezes grupos de populares, que assistiam às correrias e pancadarias, tiraram das mãos de policiais pessoas presas e socorreram feridos. Eram comuns as ce-

nas de enfrentamento de populares com policiais, exigindo respeito à população.

A partir das 16 horas, as manifestações continuaram no hall do prédio do MEC, onde estudantes da Universidade Rural haviam marcado uma concentração contra o ensino pago e a reforma universitária, além de sete outras reivindicações específicas da universidade. Também neste momento a polícia usou de extrema violência, acuando mais de 300 estudantes e populares contra as vidraças do prédio, que acabaram sendo totalmente destruídas. Mais seis pessoas ficaram gravemente feridas.

O ato no MEC acabou se transformando numa assembleia mas ampla, quando foi feito um balanço do dia, altamente positivo. A campanha eleitoral ganhou as ruas da cidade com decisivo apoio da população. As ruas estavam cobertas de panfletos dos candidatos populares denunciando as condições de vida e de trabalho da população, denunciando a ditadura militar, a serviço dos patrões e capitalistas, como responsáveis por tantos anos de miséria, exploração e violência, denunciando o chaguismo como braço infiltrado da ditadura no seio da oposição, exigindo anistia ampla, geral e irrestrita, e propondo a formação de uma frente de mobilização popular contra esta ditadura. A participação da população, ao longo daquelas seis horas de lutas, foi a melhor resposta a estas reivindicações. (Marcelo Beras/Marcos Aarão Reis)

(EM TEMPO: na quarta-feira, dia 1º, os candidatos populares do Rio de Janeiro lançaram um manifesto de protesto contra a repressão policial, concluindo que "a história dos nossos dias é a história do povo unido contra a ditadura e o chaguismo". Assinam o manifesto: J.G. de Araújo Jorge, Edson Khair, Francisco Amaral, Flores da Cunha, Paulo Faria, José Eudes, Raimundo de Oliveira, Antônio Carlos de Carvalho e Rosalice Fernandes).



Novas prisões contra a Convergência

Valendo-se de forte aparato, a polícia invadiu no último dia 30 o comitê eleitoral do candidato a deputado estadual em São Paulo, Benedito Marçilio, no Parque D. Pedro, prendendo sete pessoas e mantendo o local interditado por várias horas, de dentro no seu interior todas as pessoas que lá se encontravam. A polícia trazia mandatos de prisão contra Júlio Tavares e Romildo Raposo, ambos dirigentes da Convergência Socialista, que apoia Benedito Marçilio. Encontrando-se no comitê, os dois foram presos juntamente com as demais pessoas, as quais, por sua vez, foram liberadas após interrogatório no Deops. Júlio e Romildo, contudo, têm sua prisão preventiva decretada até o julgamento do processo "contra o Partido Socialista dos Trabalhadores", que se iniciou com a prisão de várias pessoas dois meses atrás, logo após a realização da Convenção Nacional da Convergência Socialista em São Paulo.

O fato demonstra claramente que o governo prossegue na sua tentativa de restringir o debate e a articulação de novos partidos, a não ser aquela que se dá nos limites estreitos da sua tolerância. O inédito contudo, são os termos em que a Auditoria Militar que ordenou a prisão justifica seu ato. Acusa a Convergência Socialista de ser uma "disimulação do Partido Comunista"; acusa o jornal Versus, que apoia a Convergência, de "proselitismo político ilegal"; diz que amba os "situam na linha da cosmologia marxista e da sua prática: anistia ampla, geral e irrestrita... divórcio "com processo rápido e gratuito", "legalização e gratuidade do aborto"... reorganização da UNE" etc, numa torrente de acusações do gênero, já pouco usuais nos próprios órgãos de repressão. Ao mesmo tempo a Auditoria decreta a manutenção preventiva da prisão dos oito integrantes da Convergência que estavam presos desde dois meses atrás. Imediatamente após a prisão vários candidatos populares e entidades opositoristas lançaram uma nota de repúdio, solidarizando-se com os companheiros detidos e exigindo sua libertação.

Jornalistas realizam Congresso Nacional

"Nós, jornalistas, consideramos-nos como trabalhadores assalariados, identificados com os demais trabalhadores do país... Nós não defendemos a liberdade de imprensa como prerrogativa para os jornalistas, mas como um direito que toda a sociedade tem de informar e ser informada, de manifestar suas aspirações e de livremente debater suas opiniões". É o que diz a carta final aprovada pelo Congresso Nacional de Jornalistas Pela Liberdade de Imprensa, reunido em São Paulo de 26 a 28 de outubro. Nela, cerca de 200 jornalistas, representando todos os profissionais de imprensa do Brasil, reivindicam a revogação da Lei de Segurança Nacional e rejeitam o projeto de reforma da mesma, a revogação da Lei de Imprensa, a eliminação de qualquer forma de censura à imprensa, notadamente ao rádio e à televisão. E propõem a organização da luta contra a censura nos próprios locais de trabalho, a participação dos jornalistas na formulação da linha editorial das empresas em que trabalham e o incentivo à imprensa alternativa e às cooperativas de jornalistas como formas de furar o bloqueio do monopólio dos

meios de comunicação exercido pelas grandes empresas. O Congresso, no entanto, não se restringiu a um posicionamento dos jornalistas diante de problemas da atualidade, mas recomendou formas de luta. Além das já citadas, foi aprovada uma moção final onde recomenda-se "a todos os sindicatos que investiguem e auxiliem o trabalho de pesquisa e denúncia... de violações de direitos humanos" e que "realizem... manifestações de denúncia de tais violações, juntamente com outros sindicatos de trabalhadores". Quanto a ação da censura no Brasil o Congresso denunciou que ela se mantém viva e atuante nos principais meios de comunicação - rádios e televisão - que são aqueles que atingem 90 milhões de brasileiros, pois a imprensa escrita atinge tão somente uns 20 milhões. A única novidade digna de registro aí é que se antes as proibições da censura chegavam por telefones informais, agora elas já chegam oficialmente por telex. Já nos veículos impressos, se a censura prévia foi retirada, no entanto todo o arcabouço repressivo do regime ainda é de grande valia para as classes do-

minantes. E o que atestam os recentes processos de enquadramento na Lei de Segurança Nacional dos jornais Tribuna da Imprensa e Movimento na pessoa de seus diretores, em função das denúncias contundentes e firmes que vinham fazendo em torno da corrupção e das divisões nas Forças Armadas. O Congresso aprofundou as discussões sobre a censura e chegou à seguinte conclusão numa de suas resoluções: "existe uma censura intrínseca à própria estrutura do sistema capitalista, que constitui uma das formas de exercício do poder político das classes dominantes; a esta censura estrutural acrescenta-se no Brasil, desde 64, uma forma conjuntural de censura, que intensifica este poder, que extrema esta dominação, que confere autoritário arbitrio do Governo sobre todas as formas de manifestação do pensamento, e, em particular, da Imprensa". E o jornalista Perseu Abramo, numa tese de sua autoria sobre o assunto conclui que "a censura conjuntural à imprensa... somente deixará de existir quando sobrevier a democracia, e a censura estrutural somente será abolida quando for abolida a sociedade de classes".

Caso Herzog: vitória.

O que significa, a que se deveu, e até que ponto pode ser entendido a outros casos semelhantes, o despacho do juiz federal Márcio José de Moraes declarando a União responsável pela morte do jornalista Vladimir Herzog? Estas, as questões que hoje estão a indagar todos aqueles que se empenham na luta pela anistia, depois da surpreendente vitória parcial obtida pela família Herzog na semana passada. No entanto, as respostas ainda estão por serem produzidas. Especialmente agora quando após a realização de seu Congresso Nacional, a luta pela anistia deve ganhar um novo talante. Pois não nos iludamos, a libertação dos presos políticos, a volta dos exilados e a punição dos responsáveis pelos assassinatos e desaparecimentos não será obra de trâmites judiciais, mas sim, refletirá nestes, o avanço da mobilização opositorista pelas liberdades democráticas. Tanto assim que, juridicamente, o significado da ação declaratória da família Herzog, não pode ser superestimado. Pois ocorreu tão somente que um juiz federal, em primeira

instância, declarou ser a União responsável pela morte do jornalista. Responsabilidade não em termos de culpa, pois o juiz não julga se houve suicídio ou assassinato, mas em termos de que a União é responsável pela integridade física e mental das pessoas que mantêm encarceradas. Ou seja, no caso, mesmo tratando-se de suicídio, a União é responsável, pois cabe a ela zelar pelas condições carcerárias de modo a não ser possível que o preso cometa tal ato. Além disso, para que a responsabilidade seja configurada definitivamente, a ação declaratória deve ainda ser julgada pelo Tribunal Federal de Recursos. Um tribunal composto mais criteriosamente, segundo o ponto de vista do regime, e portanto menos permeável às pressões opositoristas e mais acomodável às intenções governamentais. Somente uma vez a sentença confirmada por esta instância é que, de posse dela, poderá a família acionar a União pela indenização e pelo enquadramento dos responsáveis diretos pela morte do jornalista. Finalmente, até que ponto a

ação será vitoriosa em segunda instância, estimulando desta forma ações análogas? Dentro de poucos dias a União deverá apresentar seu recurso contra a sentença do juiz Márcio José de Moraes. Mas até que o Tribunal Federal de Recursos a julgue, muita água ainda vai rolar, e portanto o êxito ou fracasso final, está obviamente a depender do avanço geral da oposição na luta pela liberdade democrática, da anistia em particular. Até que ponto, então, a nova Lei de Segurança Nacional estará a funcionar como uma espécie de anistia parcial através de reduções e prescrições de penas? Até que ponto o governo Figueiredo estará se caracterizando ou não como conciliatório nacional em alguma medida, acatando portanto, ao contrário de seus antecessores, que se julgue atos dos governos "revolucionários"? Enfim, é destas questões que depende o sucesso e a extensão da ação. É provavelmente a maioria dos interessados diretos em casos análogos ainda aguardarão um pouco, para não ficarem a mercê do descobrimento de mais um juiz eletrônico escondido nas repartições judiciárias.

O grande comício da oposição gaúcha



"O povo unido jamais será vencido!" O povo organizado derruba a ditadura! Essas são as palavras de ordem gritadas por 5 mil pessoas que compareceram ao Comício da Oposição Popular, dia 24 de outubro, em Porto Alegre. Organizado pelo Setor Jovem Metropolitano do MDB, foi considerado por todos os oradores o mais significativo comício realizado na cidade desde 1966. Convocado nas ruas centrais da cidade,

nas portas de fábricas, vilas, escolas e Universidade, sem nenhum apoio da Imprensa local, contou apenas com o trabalho dos jovens do MDB que demonstraram ser o único setor do Partido hoje, com capacidade de mobilização. Acompanhando cada passo da organização, os órgãos repressivos tentaram dificultar a realização da concentração, arrancando os cartazes espalhados por toda a cidade e efetuando várias prisões.

No discurso de abertura, José Carlos de Oliveira, presidente do Setor Jovem, deixou bem claro: "Esta é uma manifestação da Oposição Popular, aqui não fala adesista". Após a apresentação de música gaúcha por Noel Guarani, os candidatos populares começaram seus discursos. Os mais aplaudidos pela massa foram Américo Copetti, Roque Steffen, André Poser, Porfirio Peixoto, Lelio Souza e Fernando do Canto. Além dos candidatos, manifestaram-se a Convergência Socialista, a Tendência Socialista do MDB e a Tendência estudantil Peleia, que acentuaram a necessidade da construção de Partidos políticos populares como a forma mais consequente de assegurar a participação popular na transformação da sociedade brasileira num sentido que atenda as suas necessidades. No encerramento falaram Pedro Simon, candidato do MDB/RS ao Senado e atual líder do partido no RS, e Paulo Brossard, líder do MDB no Senado. (Sucursal de Porto Alegre)

Oposição dos advogados concorre no Sul

A eleição para a sessão Regional Sul da OAB, que se realiza dia 6 de novembro está sendo agitada pelo forte debate entre os advogados - 11 mil no RS - devido a presença de uma chapa de oposição. A Oposição, que surgiu a 6 meses, organizou-se a partir de um grupo de advogados descontentes com a maneira como a OAB/RS vem sendo dirigida, onde todas as decisões são tomadas sem consultas ou debates nas bases, num processo crescente de distanciamento das exigências específicas dos advogados, bem como daquelas relacionadas com a retomada do processo democrático. Rapidamente a Oposição cresceu, contando hoje com nomes expressivos do meio jurídico gaúcho, considerando-se com condições de interromper a política imobilista que a 20 anos se reproduz na direção da entidade, sendo que 8, sob a presidência de Justino Vasconcelos. A atitude da atual direção da OAB Regional frente a Oposi-

ção, é semelhante a que mantém junto a OAB Nacional: diz uma coisa e faz outra. Ao mesmo tempo que se declara simpática ao debate interno causado pela presença da Oposição, transfere sine die o Congresso da Ordem, marcado para o fim de outubro e adiantando as eleições do final para início de Novembro, numa clara manobra de reduzir o espaço para Oposição divulgar o seu programa. Além disso, tentando caracterizar a Oposição como a "turma da luta armada", Justino Vasconcelos diz que não sabe qual é a Oposição, pois "OAB não tem armas, não tem bombas, não tem granadas". Boicotados inclusive pela grande imprensa - onde a Oposição só conseguiu publicar os candidatos da chapa mediante matéria paga - sua campanha vem se realizando pela visita e reuniões com advogados na capital e interior, e a cada dia assume maior proporção no meio opositorista gaúcho. (Sucursal de Porto Alegre)

FINAIS

BANCÁRIOS/ Todo ano o Banco do Brasil fica devendo salário aos seus funcionários. Na última campanha salarial em São Paulo, com greve e tudo, a categoria conseguiu conquistar índices acima do oficial e, novamente, o BB se nega a cumprir o acordo coletivo. Além disso, mudou a estrutura de seu concurso interno, obrigatório para quem quiser sair da categoria mínima do seu quadro de carreira. Agora, quem quiser ganhar um pouco mais, tem que se submeter a ir para onde o Banco quiser, abandonando escola, família e outras coisas. A movimentação dos funcionários de S. Paulo, já se inicia, apesar dos entraves impostos pela diretoria do Sindicato, fechado para a categoria desde a greve. Frente a isso, a direção do banco está exigindo explicações por escrito de todos os funcionários que paralisaram no dia 1º de setembro, com o intuito visível de amedrontá-los, diante de nova movimentação. **JULINHO/Dia** 26 de outubro, realizaram-se eleições para a Diretoria do CIEJUC (Grêmio Estudantil do Colé-

gio Estadual Júlio de Castilhos, de Porto Alegre). O resultado da apuração dos votos veio confirmar as previsões: vitória da chapa 1, Grupo Alternativa com 1.343 votos e em segundo, Liberdade e Luta com 306 votos. O grupo ALTERNATIVA obteve 53% dos votos, sendo o resultado um reflexo dos vários acontecimentos que marcaram este ano o colégio Júlio de Castilhos (expulsões, luta contra o uso de uniforme, reivindicações por melhores condições de ensino). A chapa que contava com o apoio da direção da Escola conseguiu apenas 277 votos, perdendo uma hegemonia de seis anos na entidade. **CANDIDATO/** Abusando da impunidade, o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), já está até censurando telefones. Na tarde da última quarta-feira o Comitê Eleitoral do candidato a deputado estadual Geraldo Siqueira, do MDB de São Paulo, recebeu um telefonema, onde uma voz dizia que ia colocar uma bomba na sede do comitê. A voz não se

identificou e desligou o telefonema. Um membro do comitê logo em seguida telefonou para o CBA/SP, informando da ameaça, mas não pode informar quem fazia a ameaça. Logo após este telefonema a mesma voz tornou a ligar e completou: "Nós somos do CCC". **MULHERES/** Na segunda-feira, 30 de outubro, realizou-se na Assembleia Legislativa do RGS o I Comício da Mulher Gaúcha, promovido pelo Setor Feminino do MDB de Porto Alegre. Dois temas conseguiram de forma direta o apoio do plenário: O Movimento do Custo de Vida e a Anistia. Questões mais específicas em torno do problema da mulher na sociedade, mas sempre com o cuidado, como na intervenção de uma integrante do Setor Jovem Metropolitano, "de que a luta contra a dupla exploração da mulher, em casa e no trabalho, não é uma luta contra os homens, mas uma luta pela extinção das classes sociais e implantação do socialismo, que começa com a luta pela anistia e pelo fim da ditadura.

Assine EM TEMPO:

Nome Profissão.....
 Idade.....Endereço Bairro.....
 Fone..... Cidade Estado..... CEP.....
 End. Comercial Horário..... Fone.....
 Estou enviando o cheque nº..... do Banco..... em nome da Editora Aparte S/A
 Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua
 Mathews Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.
Anual Cr\$ 500,00 **Semestral Cr\$ 250,00**

No nº 35, pag. 12 EM TEMPO publicou o artigo "Greve encerra em Minas" que "A ocupação do cinema era ilegal". A informação está incorreta! A ocupação do cinema foi legal.

GERAIS

EM TEMPO: Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Recife** (R. Anibal Falcão, 127 - Fraças): Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindel, (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scatrut, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 200 - sala 406): Adauto Novais, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Meirelles, Lígia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Amoldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas. **Salvador**: (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501): Adelfo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria. **ESCRITÓRIOS:** **Araçáji** (SE): David Dantas. **Campinas** (SP): Rinaldo Barros. **Fortaleza** (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saraiva Jr., Vinício de Araújo, (administração) e distribuição. **João Pessoa** (PB): Aurelio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos. **Natal** (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis. **ADMINISTRAÇÃO** (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Jesus Varela. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luis Alberto Marcondes Piccina (São Paulo); Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte); Adelfo Oliveira (Salvador). **Diretor-Responsável:** Robinson Ayres. **EM TEMPO** é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680. Composto e impresso nas oficinas da PAT-Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Tel: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Álvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehi, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). Suplentes: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini. **DIRETORES:** Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente). Secretário de Redação: Luiz Nadai. Produção e Secretária Gráfica: Paulo Roberto M. Borges. Editor-Geral: Jorge Baptista. **EDITORIAS:** Nacional: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonina Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munhos, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Sami Ra Zaidan, Sérgio Alii, Wilson Prudente. **Internacional:** Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluisio José Montel-

ro, Altair Moreira, Cecília Tompsom, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marineide Oliveira, Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (coordenação), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehi, Valdeir Amorim. **Arte:** Sérgio L. Papi (diagramação), Beto Marrington, Duto Bicalho, Sian, Martinez (ilustração), Ennio Brauns F., Jesus Carlos, João Roberto Martins F., Niels Andreas (foto). **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valdeir Amorim. **Revisão:** Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé. **SUCURSAIS:** **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélío Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilar, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan (redação). **Mariza Araújo** (administração). **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schirmer, Letânia Mendes. Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida

TODA FORÇA NA LUTA PELA ANISTIA

Zizinha

A morte no exílio

Georgina Pereira da Silva, a Zizinha, mineira, nascida há 60 anos em São Pedro de Jequitinhonha, morreu recentemente em Lund, na Suécia. Exilada desde 1970, reencontrou-se no Chile, nesse mesmo ano com o marido, o operário metalúrgico Ubaldino Pereira da Silva, bandido por decreto do governo Médici. Ubaldino, o "bêo" Baldino, como carinhosamente o chamavam os companheiros de luta no exílio, foi trocado junto com 69 outros presos políticos pelo embaixador suíço no Brasil, então sequestrado.

Costureira de profissão, ela trabalhou em várias fábricas de confecções e nos últimos quatro anos, no exílio na Suécia, reconstruiu tecidos para o Museu Histórico de Lund-Kulturen. Participante ativa na luta pelos direi-

tos da mulher foi presidente do Comitê Brasileiro de Mulheres Democráticas, na Suécia. Seu corpo foi velado por companheiros suecos e latino-americanos e como última homenagem a bandeira brasileira foi colocada sobre a urna funerária.

A cerimônia de cremação do corpo foi realizada no dia 14 de setembro no cemitério de Lund. Conforme era seu desejo, expresso aos familiares, suas cinzas deverão ser conservadas no exílio até que a anistia permita o regresso de todos os brasileiros que se encontram fora do país, perseguidos pelo regime. Ainda no Brasil, quando o marido Ubaldino se encontrava no presídio Tiradentes, Zizinha também foi presa, perseguida e torturada. Enfrentou a repressão com plena dignidade. Até a morte

Para que a luta pela anistia avance ainda mais, e para que os seus núcleos se fortaleçam, é da maior importância a prática do plano de ação comum a ser fixado agora em São Paulo.

A questão da anistia ganha nesta semana um novo alento. Superando as dificuldades inerentes a um movimento incipiente, os diversos núcleos que existem hoje no Brasil com vistas a levar adiante a luta pela anistia realizaram em São Paulo o seu primeiro Congresso Nacional, nos dias 1, 2, 3 e 4. A simples realização do Congresso já é por si só uma importante vitória, pois indica que estes núcleos entram agora numa fase que pode ter como desdobramento a superação de sua atomização, o que representará um grande passo para a unificação política destes núcleos, e - no futuro - para a unificação orgânica.

Desde que surgiu no Brasil o Movimento Feminino Pela Anistia, há cerca de três anos, esta bandeira tem empolgado gradativamente novos setores da sociedade, e hoje já adquire uma consistência política expressa tanto na Carta de Salvador, aprovada por cerca de 20 núcleos, como na Carta de Princípios do CBA-SP. Hoje, estes movimentos proclamam claramente que a anistia a ser conseguida tem que ser ampla e irrestrita. Afirma a Carta do CBA-SP: "As formas incompletas, insatisfatórias, imperfeitas e parciais da anistia não atendem ao ideal da luta e nem configuram as liberdades democráticas". Já se viu também que "a anistia não deve estender-se aos algozes de sua vítima".

Anistia e liberdades

Para esses núcleos, a questão da anistia não é um assunto que diz respeito apenas aos diretamente atingidos pelos atos de exceção e pela repressão do regime militar, mas a toda sociedade, particularmente as camadas sociais interessadas e comprometidas no fim deste mesmo regime. É por isto que CBAs como o de São Paulo congregam mais de 30 entidades de médicos, professores, estudantes, artistas, jornalistas e até mesmo entidades de trabalhadores.

Os núcleos têm consciência também de que a questão da anistia está intimamente ligada à conquista

das liberdades democráticas, razão pela qual levantam como bandeira a necessidade de se conquistar a liberdade de expressão, de associação, a autonomia sindical, o direito de greve e a liberdade de organização partidária. Tal compreensão já se transformou num acervo político incorporado aos diversos movimentos pela anistia.

Ação comum

Para que a luta pela anistia avance e para que os núcleos existentes se fortaleçam, é agora fundamental definir um plano concreto de ação comum, pois só assim é possível impulsionar o movimento. Neste sentido, a escolha de objetivos imediatos a serem atingidos e de alvos táticos a serem atacados será uma das grandes tarefas do primeiro Congresso Nacional.

Nele, a questão da nova Lei de Segurança Nacional terá necessariamente de se transformar num dos grandes pontos de discussão dos congressistas. Não só porque, com a nova Lei de Segurança, o governo pura e simplesmente ignorou a reivindicação de amplos setores por uma anistia ampla e irrestrita, como também porque tenta com esta nova lei esvaziar a luta pela anistia, fazendo algumas concessões secundárias, mas mantendo todo o seu arcabouço jurídico repressivo, deixando praticamente incólumes as medidas punitivas que só têm servido para afastar da via política importantes lideranças populares.

Espera-se do encontro uma posição firme perante a nova Lei de Segurança Nacional. E esta posição não pode ser outra senão a expressa na carta do CBA-SP, que reivindica a revogação da Lei de Segurança Nacional e o fim de todas as normas punitivas contra a atividade política. Não basta apenas definir uma posição firme. É fundamental ainda que o Congresso defina o que fazer diante esta nova investida do regime, mobilizando os setores da sociedade para se manifestarem em relação a ela, esclarecendo a opinião pública sobre quais são os intentos do governo.

Exemplo Herzog

Por outro lado, a questão dos mortos e dos "desaparecidos" vão exigir também uma atitude firme do Congresso. A iniciativa da família de Wladimir Herzog de processar o governo, e de ser vitoriosa nesta luta, abriu uma trilha pela qual pode ser tocado o problema dos "mortos e desaparecidos".

Levar o regime ao banco dos réus para que ele preste conta dos seus crimes é pois uma das missões dos diversos núcleos de anistia e isto já é possível hoje, como demonstrou o caso Herzog. Só assim pode-se mostrar a opinião pública que estes crimes têm de ser punidos e que é urgente o desbaratamento de todo o aparelho repressivo, para que novos crimes não aconteçam. (T.C.)



Rio: anistia vai às ruas.

No Rio de Janeiro, o Comitê Brasileiro pela Anistia definiu, recentemente, que a campanha deve entrar numa nova etapa: ganhar as ruas, transformar-se em luta de massas. Nessa linha, desenvolveu-se a programação da Semana pela Anistia, iniciada no dia 16 de outubro e encerrada no dia 20 com um comício nas escadarias da Câmara Municipal, na Cinelândia. Este ato (foto) contou com a participação de candidatos opositores às eleições parlamentares, e centenas de populares.

Minas cria o seu CBA

Com o objetivo de consolidar e ampliar o espaço em relação à luta pela anistia ampla geral e irrestrita e pelas liberdades democráticas, realizou-se em Belo Horizonte no último dia 26 a assembleia de constituição do núcleo mineiro do CBA-Comitê Brasileiro pela Anistia. A data escolhida é significativa: marca os cinco anos de assassinato dos ex-líderes estudantes José Carlos da Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda pelos órgãos de repressão (ver EM TEMPO Nº 35).

O primeiro passo concreto no sentido da formação do CBA-MG foi dado no dia 8 de agosto numa reunião em que estiveram presentes cerca de 100 pessoas.

Os outros passos dados, e estes decisivos foram no sentido da composição propriamente dita do CBA-MG. Dentro disto, veio a Semana pela Anistia, de 23 a 30 de outubro:

A estrutura do CBA-MG tem a seguinte composição: os grupos de base elegerão seus representantes para o Conselho de Representantes; este conselho de Representantes atuará ao lado da Diretoria, dando maior agilização e representatividade às decisões; e a Assembléia geral soberana determinará a política geral do movimento. Haverá também um Conselho Consultivo composto por entidades e personalidades representativas, que deverá se reunir junto com a diretoria e o Conselho de Representantes. São os seguintes os membros da diretoria, eleitos por aclamação: Alberto Duarte, diretor da sucursal mineira de EM TEMPO (presidente), Helena Greco (vice-presidente), Geraldo Magela de Almeida (1º secretário), Padre Scarpa (2º secretário), Luis Eduardo Nascimento (1º tesoureiro), Caicilda Teixeira de Carvalho (2º tesoureira).

CAJÁ: O SEQUESTRO, A PRISÃO, A LIBERDADE.

Terça-feira passada, 31 de outubro, exatamente 173 dias depois de sequestrado por agentes da Polícia Federal, o estudante Edval Nunes da Silva, o Cajá, teve relaxada a sua prisão preventiva, por unanimidade, pelo Conselho Permanente de Justiça da 7ª CJM, no Recife.

Negado por duas vezes pelo mesmo Conselho, o relaxamento teve por base jurídica os motivos alegados pelos advogados Idibál Piveta e Pedro Eurico Barros e Silva: a) o fato do Cajá ser réu primário; b) a total ausência de periculosidade do acusado; c) de todos os primários, do processo, Cajá era o único que ainda se encontrava detido; d) o longo período da prisão preventiva e o fim da fase instrutória do processo, significando que a liberdade de Cajá não tumultuaria o decorrer do processo.

Cajá, agora, responderá em liberdade o processo movido contra ele e mais 8 pessoas acusadas de articularem a reorganização do Partido Comunista Revolucionário (PCR). Está enquadrado no art. 43 da Lei de Segurança Nacional, cujas penalidades são de 2 a 6 anos de detenção. Segundo seu advogado, o julgamento terá início nos primeiros meses do próximo ano.

O certo é que, a libertação de Cajá não se deu apenas por um ato jurídico, antes pelo contrário, o movimento de protesto contra a sua prisão, desencadeado em Pernambuco, mas que se estendeu a nível nacional e mesmo no exterior, dentro de um momento político de crise do regime, forçou o governo a dar recuos em sua

escalada repressiva naquele estado: 1) ao suspender as torturas e a incomunicabilidade nos primeiros dias de sua prisão; 2) depois da prisão de Cajá e da sua repercussão, a polícia não efetivou mais prisões, como vinha ameaçando, preferindo abrir inquérito com seis novas pessoas, mas, para as mesmas responderem em liberdade; 3) e por último, a própria revogação da prisão preventiva de Cajá veio confirmar uma possível nota tática da repressão, ou seja, não mais se desgastar tanto em cima de uma prisão que talvez o governo não esperasse tamanha reação da opinião pública e dos mais diversos setores da população.

Mas ninguém se esqueceu do fato, e o desabafo da população do Recife, com a notícia da soltura de Cajá, rapidamente correu as ruas, em cada local de trabalho, em cada colégio e universidade, em todos os cantos do Recife, era o assunto do dia.

Naquele mesmo dia, às 6 horas da tarde, mil estudantes saíram em passeata de comemoração pela libertação de Cajá. Percorreram as principais ruas do centro do Recife, sob os aplausos e a adesão da população, tendo entre eles o deputado Ulysses Guimarães e o candidato ao Senado, Jorjão Vasconcelos. Na praça do Diário, a passeata integrou-se a um grande comício relâmpago do MDB.

Na quarta-feira, alegre por respirar o mundo "cá fora" e pelo reencontro com os amigos, e também emocionado com a solidariedade que recebeu desde o dia de sua prisão, Cajá falou a EM TEMPO numa entrevista exclusiva.

pessoas são espionadas. Todas as pessoas que estejam trabalhando em defesa do povo, seja no clero, no movimento estudantil, no campo e nos movimentos de bairros, essas pessoas são acompanhadas pelos agentes da repressão. Isso ficou muito claro pra mim. Depois de preso, percebi as grandes pastas de "dossiês" com fotografias. Ao executar a minha prisão eles estavam com a intenção de atingir o movimento de massa, sobretudo o movimento estudantil que está se organizando cada vez em bases mais sólidas, ao mesmo tempo que a própria igreja. Esses são os motivos, segundo a minha interpretação, deles terem decretado a minha prisão, que além de ser ilegal, foi barbaramente desumana, assumindo todos as características de um sequestro.

- Como se deram os interrogatórios e as torturas?

- Os interrogatórios e espancamentos começaram logo, no momento em que fui atirado dentro do carro. No início as perguntas giraram em torno de muitas pessoas que seriam ou estavam sendo procuradas como acusadas e participaram do PCR. Eles já me prenderam para que eu confessasse que não só era militante, mas dirigente do PCR. Como não aceitei nenhuma das acusações, eles me acusaram de ser o organizador da greve de fome dos presos políticos e a pessoa encarregada de enviar documentos de torturas, mortes e desaparecimentos de presos políticos, para o exterior, para a Anistia Internacional. Depois me apresentaram fotografias das pessoas presas em abril e como eu só conhecia Nilson e Léa eles disseram que não havia pressa em reconhecer as pessoas retratadas pois em dez dias de incomunicabilidade haveria tempo suficiente para, depois de submetido aos seus métodos, identificar todo mundo. Então, me apresentaram fotografias de várias personalidades de oposição de Pernambuco para que eu as apontasse como membros do PCR. Como as acusações feitas a mim eram infundadas disse que todas aquelas outras perguntas estavam prejudicadas. Passaram então a fazer perguntas tentando sempre relacionar os movimentos de oposição a organizações clandestinas. Como eu negasse tais afirmações o interrogatório foi mudando de tom, tornando-se mais humilhante incluindo desde ameaças de me levar para a sala de choques até a tentativa de um dos torturadores de grampear meus órgãos genitais. Diziam sempre que já sabiam de tudo, que fulano ou beltrano já havia confessado e que só me restava confirmar. Respondi sempre que se alguém houvesse me apontado só poderia ser uma confissão arrancada sob tortura e, de resto, mentirosa. De forma que eles foram intensificando a violência física e psicológica como que me tratavam, me espancando, tentando me obrigar a dançar um balé ao som de músicas revolucionárias latino-americanas, dando tapas nos meus ouvidos, tentando fazer com que eu confessasse, ou seja, assumisse a culpa das acusações que eles forjavam.

- Como de dentro da prisão você encarou os movimentos de solidariedade?

- No dia seguinte a minha prisão, os agentes me mostraram os jornais, nos quais não havia saído nada sobre a minha prisão. Fizem chacota, disseram: "Viu? podemos fazer com você o que quiser que ninguém liga. Hoje temos um dia tranquilo de trabalho". Nos dois primeiros dias de prisão eu não tinha informação nenhuma sobre o que estava ocorrendo do lado de fora. Apenas na segunda-feira vi na mão de um agente um recorte de jornal que dizia na manchete: "Comissão de Justiça e Paz denuncia prisão de estudante". Acontece que o agente leu para mim a notícia, de forma truncada, dizendo que a Comissão de Justiça e Paz havia admitido uma série de atividades minhas e inclusive, de certa forma, justificado a minha prisão. Imediatamente respondi que não acreditava naquilo pois as minhas posições dentro da Comissão sempre foram ou posições de maioria ou de consenso. Somente na quarta-feira tive notícias dos movimentos de solidariedade quando fui levado para ser interrogado pelo Superintendente da Polícia Federal. Mas já a partir da segunda-feira apesar da falta de notícias houve uma mudança de tratamento que só posso atribuir ao movimento de protesto contra minha prisão. Suspenderam as torturas físicas e passaram a tentar negociar comigo a minha confissão, dizendo que eu seria solto se confessasse... Então, quando eu cheguei na sala do superintendente na quarta-feira eu vi em cima da mesa um jornal com uma fotografia de um cartaz: "Cajá está sendo torturado e você vai a aula?" Isto me deu um grande alento, pois foi a prova de que alguma coisa estava sendo feita. Outra coisa foi que, o superintendente me tratou como se estivesse preocupado com a possível repercussão das denúncias de torturas infligidas a mim. Eu sou grato a todos os movimentos que protestaram contra a minha prisão e tortura. E a existência destes movimentos revela um nível de consciência, mostra que as pessoas já não aceitam tais fatos, que as pessoas passam a protestar contra todos os atentados cometidos contra os que se destacam na defesa dos interesses populares. O conhecimento público de minha atuação, facilitou a mobilização e além disso as pessoas e entidades que participaram dos atos de solidariedade se identificaram com a causa da qual eu participo: na defesa da organização e dos interesses populares. As bandeiras que eu, enquanto estudante, cidadão, defendendo são aquelas da maioria da população brasileira: a luta pelas Liberdades Democráticas, por uma Anistia Ampla Geral e Irrestrita, pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, e por uma democracia em que os que trabalham, os que produzem as riquezas dirijam democraticamente os destinos da comunidade. E tudo isso que cria uma identidade entre o preso e os que protestam contra a sua prisão. Estes anseios são de todos os que hoje são exploradores e oprimidos ou seja,



Dom Helder recebe Cajá

Libertação conquistada

Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife: "Acho que a libertação de Cajá era de tal maneira lógica que só se podia mantê-lo preso como um capricho, mas os caprichos, afinal de contas, têm medida. Chega uma hora em que eles não são cabíveis. De forma que esse relaxamento não é um favor não. Eu considero uma questão de justiça, de reconhecimento do fato".

Constantino Magno, presidente do DCE da UFF: "Esta foi mais uma vitória das oposições democráticas frente ao regime, na conquista da liberdade de organização e manifestação, das liberdades democráticas e da anistia ampla, geral e irrestrita. O próprio quadro político que a conjuntura apresentava deixava transparecer que a Justiça de Pernambuco não iria conseguir manter Cajá preso por muito tempo".

Jarbas Vasconcelos, deputado federal pelo MDB, candidato ao Senado em Pernambuco: "Cajá, neste momento, como estudante e como membro da Comissão de Justiça e Paz - valioso instrumento em defesa de todos os oprimidos, nascido de D. Helder e inspirado pela figura de João XXIII - simboliza todos os que foram exilados, banidos, presos, torturados, mortos ou por qualquer outra forma de arbítrio jogados à margem da sociedade. E por isso que o fato de sua libertação nos estimula a prosseguir a luta até que cesse a última das injustiças".

Pedro Eurico de Barros e Silva, advogado de Cajá: "Não existe a menor dúvida que toda a opinião pública nacional está informada que Cajá foi vítima de torturas e maus tratos físicos durante a prisão. O que estranhamos que até esta data o processo de averiguação pública desses atos não tenha sido decidido, nem feitas averiguações necessárias para apuração das nossas denúncias".

de todo o povo brasileiro. Mesmo que muitas vezes estas bandeiras não fiquem explícitas nas lutas de caráter reivindicatório das camadas populares, a luta por melhores condições de vida está estreitamente ligada a tudo isso.

- Qual a sua visão do trabalho que a igreja está realizando aqui no Nordeste e em Pernambuco e do seu trabalho na arquidiocese?

- O trabalho realizado pela Igreja principalmente aqui no Nordeste é talvez o trabalho mais sólido, de maior contato com a população no sentido de promover a organização do povo na defesa de seus interesses. E isto por razões simples: primeiro, a igreja vem assumindo aqui no Nordeste posições de cada vez maior compromisso com a libertação total do povo brasileiro. (Sucursal de Pernambuco)

JOSÉ FREJAT
MDB - Nº 308



Dep. Fed. Rio de Janeiro

(*) O candidato avisa que o nº de sua inscrição saiu errado no caderno "Eleições Parlamentares", editado por EM TEMPO. O nº correto de José Frejat é o 308.

JOSÉ EUDES
MDB - Nº 1601



Dep. Est. Rio de Janeiro

(*) O candidato avisa que o nº de sua inscrição saiu errado no caderno "Eleições Parlamentares", editado por EM TEMPO. O nº correto de José Eudes é o 1601.

173 dias, dia a dia.

- Como você analisa sua prisão?
- Eu acho que a minha prisão esteve vinculada ao contexto de minha própria vida como participante do movimento estudantil de Pernambuco e até nacional e ao mesmo tempo como uma pessoa que participa dos trabalhos pastorais que a Igreja através da Arquidiocese de Olinda e Recife vem desenvolvendo. Com o crescimento das lutas do movimento estudantil, das lutas e das novas formas de reorganização populares que a Igreja, e a própria Pastoral da Juventude vêm encontrando, o regime fica em situações em que, ou assiste ao seu fim, se exaurindo, ou então usa a repressão para frear o movimento dos setores e instituições que lhe fazem oposição. Pelo fato de eu ser uma pessoa de uma militância política e um engajamento nesses dois níveis, ao mesmo tempo acredito, que algo contra mim, significava para a repressão, para o governo, um duplo golpe: de uma paulada só, tentava-se matar dois coelhos, atingir o movimento estudantil, e atingir a Igreja e todas as personalidades que fazem uma nova interpretação do significado da própria Igreja, do papel da Pastoral da Juventude etc...

E importante ressaltar que em abril logo após as prisões, aqui em Pernam-

O instrumento criado pelo regime para manter o controle eleitoral, isto é, a dobradinha Arena/ MDB, sofreu seu primeiro abalo nas eleições de 1974. A mágica de fazer eleições sem ter apoio popular, e não perder, começou a ser furada.

Pelo lado do governo, a vitória do MDB significou a necessidade de instituir novas regras do jogo eleitoral, porque o regime não consegue conviver com nenhuma forma de oposição, nem mesmo com a que ele próprio criou. Essas novas regras - todos sabem - foram a censura à campanha eleitoral (Lei Falcão) e mais: senadores nomeados, isto é, biônicos, o adiamento das eleições diretas para os governos estaduais, diminuição do número de votos necessários para a aprovação de emendas constitucionais e outra composição para os colégios que elegem o Presidente e os Governadores, de forma que os eleitos continuassem a ser os que o regime escolheu ("Pacote de Abril").

Pelo lado da oposição, o desgaste do regime com a vitória do MDB significou que, na avaliação da forma correta de participação eleitoral, a possibilidade de propor o voto nesse partido ganhou maior peso do que tivera antes de 1974, quando a alternativa predominante era a proposta de voto nulo.

Para o 15 de novembro deste ano, enquanto o governo usa qualquer arma para tentar fazer a Arena sair vitoriosa, a questão para a oposição ainda é: como votar?

Derrotar o regime

Parte da oposição responde a essa pergunta com a proposta de voto nulo. "Hoje mais do que nunca é indispensável que os trabalhadores se posicionem claramente contra a farsa eleitoral que lhes foi imposta durante anos", afirmava a tendência Liberdade e Luta, do movimento estudantil em São Paulo, no II Congresso da União Estadual dos Estudantes - UEE. "Arena e MDB são farinha do mesmo saco", definia Viramundo, outra tendência estudantil. Para ambas, a participação dos trabalhadores no Parlamento só deverá acontecer "quando a classe tiver um partido próprio nascido de seu movimento".

Viramundo chama atenção para o fato de que o voto em qualquer candidato do MDB "acaba semeando ilusões", e insiste: a organização dos setores populares deve se dar inteiramente à margem do controle burguês - fora, portanto do MDB, "para que o trabalho não reverta em benefício da burguesia aí representada".

Pelo menos para essas correntes do movimento estudantil, como se vê, a proposta de voto nulo não tem o sentido de rejeição da luta parlamentar. Muito ao contrário, o que elas enfatizam é que esse espaço político não pode ser preenchido

pelo MDB, ou por qualquer candidato desse partido, uma vez que o MDB não tem nenhum compromisso com os interesses dos trabalhadores.

No Congresso da UEE em São Paulo, a proposta de voto nulo foi derrotada pela que defende a participação eleitoral seletiva, isto é, o apoio a determinados candidatos do MDB.

"Acreditamos que o voto nulo é uma proposta equivocada na medida em que representa um fator de desmobilização, um não aproveitamento do espaço político proporcionado pelo momento eleitoral e uma subestimação do papel do parlamento na atual situação de luta democrática", sintetizaram os Independentes do movimento estudantil de São Paulo.

A partir dessa crítica comum, os defensores do voto seletivo se dividem em duas correntes: os que propõem o voto em candidatos populares, como a tendência Refazendo em São Paulo, e a que considera correto apenas o voto em candidatos socialistas e operários, como a Convergência Socialista.

A Convergência só apoia socialistas e operários "porque os candidatos populares são na verdade burgueses e pequeno-burgueses radicalizados, que muito pouco, ou nada têm a ver com os trabalhadores". Para quem apoia candidatos populares, impor uma derrota ao regime nas próximas eleições é eleger candidatos que se comprometam com o Movimento Popular e sua organização independente, lutando por bandeiras como liberdade partidária, liberdade sindical, anistia ampla, geral e irrestrita etc. (tendência Refazendo).

O voto no MDB foi recentemente defendido pelo Bispo de Goiás Velho, D. Tomás Balduino para quem "agora não é o momento de votar nulo mas de votar na oposição, o que será a forma de o povo manifestar seu repúdio aos atos arbitrários do governo". Tomás aponta o caráter plebiscitário das próximas eleições e afirma que o voto na oposição "significará principalmente votar contra o governo". Mas adverte: "Se a situação atual de marasmo, convivência e indefinição política continuar, chegará o momento de mobilizar as massas para votar nulo".

Três propostas

Qualquer uma das três propostas (voto nulo, voto seletivo, voto no MDB) têm o objetivo de desgastar o regime ou acelerar sua crise. Qualquer uma das três também reconhece de alguma forma a importância da luta parlamentar. O que as faz diferir, no entanto, é 1º) quando, onde e como desgastar ou acelerar a

COMO VOTAR?

Três propostas:
voto no MDB, voto seletivo e voto nulo.
Qual delas contribui mais para o desgaste do regime e do governo?



Debate em Porto Alegre

crise do regime; e 2º) o peso que atribuem à participação no Congresso.

Quando ao desgaste do regime, o voto nulo é das três propostas a de efeitos menos abrangentes. Na verdade, seu sentido se esgota no momento das eleições pura e simplesmente. Não é uma proposta que organize durante a campanha porque nas condições atuais de repressão e politização ainda incipiente de amplas camadas da população, não há como pregá-lo pelos quatro cantos do país; e, ainda, essa proposta não produz efeitos a nível do Congresso - não preenche esse espaço político, portanto - pois os congressistas serão os que forem eleitos, qualquer que venha a ser o percentual de votos nulos.

Tal como vem sendo defendida, a proposta de anular o voto não significa a rejeição da luta parlamentar, mas até mesmo uma ênfase excessiva sobre esse espaço político, tanto assim que adia essa atuação para o momento em que existir um partido dos trabalhadores. O problema é que enquanto isso não acontece, entrega-se o espaço parlamentar, de bandeja, para quem quiser ocupá-lo.

Já o voto seletivo (em suas duas modalidades, voto em candidatos populares e voto só em socialistas e operários) consegue ser uma proposta que desgasta o regime durante a campanha eleitoral e depois, no Congresso. Mas como não há candidatos populares, ou socialistas ou operários na maior parte do território brasileiro, esta proposta desemboca na seguinte alternativa: ou se acaba por ter de propor o voto nulo (a mais vezes do que se apoia candidatos selecionados), ou se "seleciona" muito pouco, isto é, apoia-se cada candidato que... valha-me Deus!

No primeiro caso, quando se admite anular o voto, as consequências são as mesmas a que acima se referiu. No segundo caso, quando não se seleciona tanto assim, o problema é que disso resulta compromisso com bandeiras no mínimo atrasadas, quando se podia ter proposto o voto no MDB, denunciando os limites desse partido, mas mostrando que nem esses limites o regime tolera.

Voto no MDB

No aspecto da luta parlamentar, o voto seletivo, onde é possível, tem a vantagem de preencher esse espaço, não o deixando à mercê de qualquer um, como faz o voto nulo. Essa vantagem cresce em duas hipóteses: quando a organização da campanha e o programa do candidato alicerçaram-se sobre a continuidade da ligação base/parlamentar durante o exercício de seu mandato e porque, através da eleição de candi-

dados mais combativos amplia-se a possibilidade de criar um partido de oposição melhor definido depois que se concretizar a reforma partidária, aproveitando-se a brecha da criação de partidos por 10% de senadores e deputados.

A proposta de voto no MDB é a que contribui para o desgaste do regime antes, durante e depois das eleições. A campanha pode ser desenvolvida de Norte a Sul do país, sob a forma de mobilização contra o regime. Aliás, o próprio MDB sabe que essa é a tônica forte de sua campanha, tanto assim que usa slogans como o que permanece desde 1974: "Vote no MDB, você sabe porque". Não há nesse tipo de campanha qualquer compromisso com candidatos que sabidamente não vão desenvolver nenhuma luta no parlamento; não há também sequer o problema de enganar os eleitores acerca do que é o MDB, já que a campanha é contra o regime e não a favor desse partido.

Uma expressiva vitória do MDB agora seria mais um NÃO ao regime que recentemente impôs mais um Presidente da República e governadores de sua (dele) escolha). Embora não se deva chegar ao exagero de afirmar que isso significaria uma "deseleção" de Figueiredo & Cia, mesmo assim um Congresso com maioria do MDB contrastaria com a vitória da Arena no colégio eleitoral de há um mês atrás.

Finalmente, esse resultado daria mais uma dor de cabeça ao futuro Presidente, quando ele começasse a ter de submeter projetos de lei ao Congresso e não obtivesse uma tranquila aprovação. Que iria fazer? Passar a governar com decretos-leis demorando a enviá-los ao Congresso? Decretando "estado de emergência" ou medidas de emergência a três por dois? E a "abertura política" onde é que fica?

Tocar nestes aspectos é evidenciar como a proposta de voto no MDB também cobre a questão da luta parlamentar. No mínimo, maior presença emedebista no Congresso pode vir a acentuar as crises do regime autoritário porque é mais um plebiscito que o governo perde e porque os projetos de lei de Figueiredo poderão não ser recebidos com o tradicional "amém". Imagine se o Congresso hoje rejeitasse a nova Lei de Segurança Nacional, ou o projeto de emancipação do índio.

Num regime ditatorial, dar mais peso que esse à luta parlamentar é esquecer limitações graves, inclusive porque não será no Congresso que se resolverão os grandes problemas da maioria do povo brasileiro, a começar pelo question do fim do regime.

(Silviano Siqueira)

PAUTA: NOVOS PARTIDOS, SOCIALISMO, ETC.

Na mesa redonda: André Foster, secretário do Instituto de Pesquisas do MDB (IEPES), Américo Copetti, ex-bancário e ex-dirigente sindical, deputado estadual e membro da Tendência Socialista; e Roque Steffen, padre redentorista, presidente da Federação Riograndense das Associações Comunitárias e de Amigos de Bairro. Os três são candidatos a um lugar na Assembléia Legislativa gaúcha, obtendo apoio das forças democráticas e populares.

EM TEMPO - Fala-se muito hoje no país numa abertura que possibilitará inclusive o surgimento de novos partidos. Qual a opinião de vocês sobre a rearticulação partidária?

André Foster - Nós entendemos a sociedade composta por classes sociais, portanto diferenciada em seus interesses conflituosos. Temos então uma questão permanente, que é a questão da organização dos setores populares, na medida em que, para confrontar-se com a força dos setores dominantes, nós precisamos criar condições de força ao nível de setores populares. Eu diria que independentemente da abertura que venha haver, e da qualidade desta abertura, importa ainda e sempre o trabalho de organização dos setores populares. Quando os setores organizados estiverem mais condições terão de empurrar adiante a abertura que vai haver.

Américo Copetti - Também entendemos que o Estado que está aí não é neutro, aliás, nenhum Estado é rigorosamente neutro. Se é dos conflitos sociais que resulta o processo de crescimento da luta dos trabalhadores, nós, na medida em que estamos acirrando as contradições, estamos alcançando melhores espaços.

É da organização que nós começamos a vislumbrar a possibilidade de articular, inclusive, um partido político. Se a questão é partidos políticos, nós de certa forma

não temos tradição de partidos políticos com concepção diferenciada, pois nossas experiências anteriores não chegaram a configurar um quadro mais saudável da organização partidária em que os trabalhadores pudessem realmente se identificar num partido seu.

Foster - Eu acho que as condições estão muito favoráveis. A minha experiência, e a tua é mais antiga, está mostrando isso. Nós temos um espaço para ser ganho percorrendo, exatamente, com a denúncia da relação viciada entre políticos e setores populares que sempre existiu.

Copetti - Talvez o fato mais singular dos últimos tempos é que hoje nós estamos aferindo junto a opinião pública que um percentual bastante significativo já rejeita o capitalismo. É claro que rejeitar o capitalismo só não significaria uma concepção imediata de uma mudança para uma democracia socialista.

Mas rejeitar o capitalismo, hoje, significa dar potencialidade para que a vanguarda política avance e um proselitismo político novo possa ser introduzido, ganhe espaço e se consolide.

Roque Steffen - Com relação a abertura, me parece que tudo isso está dentro de um processo muito importante, um processo de participação da população oprimida e que

este processo já começou. De certo modo um possível partido, ou socialista ou outro realmente popular, já está em embrião em todo o movimento popular feito em cima da real participação da população. Um movimento que é feito numa vila popular, às vezes pela Igreja, talvez não tenha claro o objetivo de chegar a um partido popular, mas está colaborando.

ET - Nesse sentido, já existem algumas propostas concretas de novos partidos. Como vocês estão encarando cada uma dessas propostas?

Copetti - O que nós achamos é que de fato há hoje toda uma virtualidade a ser explorada. O desafio que está posto é articular através das frestas da nova conjuntura.

Achamos que o desdobramento do capitalismo desemboca num projeto socialista. É a degeneração do projeto vigente que sugere um novo partido. O socialista não é rigorosamente um projeto concebido entre quatro paredes, como uma resposta diferenciada colocada na estratosfera. Conceber hoje o socialismo não significa conceber num plano teórico, significa conceber a partir da realidade existente.

Foster: - Como é que nós traduzimos o objetivo do socialismo ao cotidiano?

Foster - Eu também creio que o capitalismo desemboca numa saída socialista. Agora, eu pergunto o seguinte: como é que nós traduzimos este objetivo estratégico do socialismo ao cotidiano, às nossas condições? E aí eu tenho um pouco de dúvida se a forma como nós entendemos da superação do capitalismo é a forma como está entendida ao nível popular.

Copetti - Realmente, a superação do capitalismo vai decorrer da organização. Não é por um determinismo que acontece uma nova sociedade, mas também não acho que é exclusivamente pela organização dos trabalhadores. É claro que é das experiências do cotidiano, em cima de objetivos bem concretos, de reivindicações específicas, que resulta o crescimento crítico dos trabalhadores. Isso não desemboca, necessariamente, no socialismo. Até daria para dizer que poderia eventualmente desembocar no fascismo. O que nós achamos é que devem conviver frentes diferentes.

ET - Mas concretamente, em função desta análise, como vocês vêem o caminho para a articulação ao nível partidário?

Foster - Por dois lados. Ao nível dos setores populares frequentemente nos deparamos com apelos que, se não estamos precavidos, nos levam para a mesma relação viciada, aquela paternalista dos políticos com seus eleitores. A primeira tarefa junto a estes setores é desmistificar o político nestes termos e remeter a questão da solução dos problemas ao nível da organização popular, mostrando que o político sozinho não resolve nada. A segunda é na própria luta interna dentro do MDB, fazendo com que se proliferem lideranças que venham a assumir essa proposta política.

Roque - Acho que um partido novo propõe uma sociedade com valores novos. Então a semente seria criar estes valores, embora não ainda ao nível partidário. Este processo já existe nas bases. Então me parece que o importante é canalizar todo este trabalho.

Copetti - Me pareceu em muito boa hora a Tendência Socialista. Assim como a Tendência, a Convergência ao nível nacional tem este objetivo. Se o MDB se constitui numa composição rigorosamente heterogênea e nós sabemos que

existe toda esta potencialidade a ser explorada, parece que a Tendência tem toda uma sintonia com a realidade que há pouco analisamos. Mais objetivamente diria que quando nós pensávamos e formalizávamos a Tendência, nós partimos de uma realidade objetiva do Rio Grande do Sul.

ET - Apesar do movimento socialista numa forma geral e mais ampla ter crescido e se desenvolvido em todo o país, parece que a rearticulação partidária a ser feita a curto prazo será sob uma lei bastante restritiva que exige, para dar uma idéia, sete senadores e 40 deputados para a formação de um partido. Como vocês veriam esta situação?

Foster - Continua sendo a mesma que eu já apontei no início. Acumular forças em cima da proposta de organização dos setores populares. Aí talvez há uma pequena diferença tática em relação ao que o Copetti falou. É a prática de uma concepção socialista sem dizer explicitamente "isto aqui é socialismo". Nós só enfatizamos que é preciso organizar-se, lutar organizadamente e nesse processo ir ampliando as bases e acumulando as condições de força para avançar na questão do socialismo.

Copetti: - Acho que temos de falar no socialismo. E num novo partido.

Copetti - Não estamos negando o que você coloca. Mas acho que temos que falar no socialismo desde agora. Nós sabemos desde já qual o tipo de partido e quais serão consentidos. O que nós acreditamos é que se nós ampliarmos os nossos espaços poderemos conquistar um partido de novo tipo. Para isso, este partido tem que ser posto publicamente, até porque aí se for-

tifica na base a idéia de um partido diferenciado.

Roque: - Os grupos de base podem ir dando os primeiros passos rumo a um partido.

Roque - O documento de bispos do Nordeste e Centro-Oeste, já em 73, dizia que realmente a classe dominante não tem outra saída senão participar já do grande projeto histórico do socialismo. Agora em junho, 180 representantes do Encontro de Comunidades de Base concluíram que realmente o capitalismo é o mal básico e que toda a luta dessas comunidades deve ser da mentalização em cima de uma nova sociedade. Acho que eles não pensam ainda em participar de um partido, mas de certo modo, como que dando os primeiros passos, é momento da gente canalizar isso em termos de partido político.

ET - Isso, no caso, poderia ser o Partido Socialista. Você não vê, especialmente no Rio Grande do Sul, dificuldades maiores em função das bases trabalhistas?

Roque - Realmente acho que o PTB ou brizolismo é mais forte aqui. Mesmo assim acho que dá para fazer alguma coisa em termos de demonstrar algo diferente. Não de mobilizar, acho que não se deve mobilizar em cima do socialismo, mas propagandear.

Copetti - Acho que deve mobilizar em cima do socialismo. Nós achamos que propagandear é importante, mas deve haver uma mobilização em cima de uma proposta socialista, traduzida para o cotidiano.

Roque - Talvez esteja entendendo de uma forma e você de outra. A massa não se mobiliza ainda puramente em cima do termo socialismo.

A OFENSIVA OPERÁRIA

É greve de 250 mil metalúrgicos em São Paulo, Osasco e Guarulhos para exigir aumentos salariais de 70 a 74% e a estabilidade para as Comissões de Fábrica. Saiba como foi o primeiro dia do movimento: a ansiedade e a tranquilidade dos operários, o entusiasmo e a resistência às pressões patronais, as formas adotadas para interromper a produção, enfim, o clima da greve está aqui nesta reportagem.

Segundos dados fornecidos pelos Sindicatos Metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, 250 mil metalúrgicos entraram em greve no primeiro dia marcado para começar o movimento das paralisações que exige aumentos salariais entre 70 e 74% e o reconhecimento das comissões de fábrica. Número bastante aproximado (240 mil) foi reconhecido pelo empresário Theobaldo de Nigris, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Fiesp, na noite do mesmo dia.

Em São Paulo, pouco mais de 200 mil operários silenciaram as máquinas, principalmente nas grandes e médias empresas, embora inúmeras pequenas firmas tenham sido atingidas também. Alguns exemplos: Caterpillar, Villares, Metal Leve, Massey Ferguson, Piratininga, entre centenas de outras.

A repórter Terezinha Vicente Ferreira, de *Em Tempo*, acompanhou de perto o começo das greves na zona sul de São Paulo, onde se concentra grande parte das empresas metalúrgicas da capital, e seu relato mostra que a paralisação em geral foi tranquila e realmente muito animadora para o movimento operário, conforme descreve a seguir.

A propaganda da decisão da categoria (de deflagrar a greve a partir de segunda-feira) iniciou-se já no sábado e na madrugada de segunda-feira, as comissões de greve se distribuíam pelas fábricas entregando boletins aos trabalhadores. Na Caterpillar, às 7h, logo após a entrada, todos os operários já estavam parados, desfilando pelo pátio interno da empresa com seus macacões azuis. Pela grade do pátio que dá para a rua, eles contavam que encontraram os avisos da turma da noite, bateram os cartões, tomaram o café e pararam. "Os chefes estão até gostando", diziam com ironia. Alguns carros, ao passar pela avenida Nações Unidas, buzinaavam e faziam gestos de apoio.

As largas portas da Villares também deixavam ver cenas semelhantes. Sentados ao lado de seus respectivos instrumentos de trabalho, mais de três mil operários se mantinham de braços cruzados. De repente, no galpão principal, por entre guindastes e escadas rolantes, começou uma passeata silenciosa, passando pelos galpões, e engrossava mais e mais.

Numa pequena empresa, a Engersol Rand os 150 empregados começaram o trabalho às seis da manhã, ameaçando fazer greve, mas sem muita firmeza ainda. No entanto, às 11h, já estavam todos engrossando o movimento paradieta pelos 70% de aumento salarial.

Resistir às pressões

Estes exemplos, que repetiram-se pelas centenas de outras fábricas durante todo o primeiro dia, sustentaram a produção. Pela noite, na primeira reunião de balanço do movimento

no setor sul, já se tinha os primeiros informes sobre as reações dos patrões. Numa atitude quase que conjunta, a tática empregada foi a suspensão coletiva de trabalho a partir de terça-feira, demonstrando clara intenção de esvaziar a greve. Empresas como Telefunken, Metal Leve, Burroughs, Massey Ferguson, Villares e outras utilizaram-se desta forma de pressão. Outras, como Amortex foram mais longe estendendo a suspensão por dois dias, devendo os operários voltar a trabalhar só na segunda-feira, devido aos feriados de começo de novembro.

"Isto não tirou o ânimo do pessoal", garantiu um dos participantes da reunião, anunciando que toda a categoria deveria lutar contra estas punições.

O ânimo dos trabalhadores é revelado quando se conhece suas reações às primeiras pressões patronais. Na Massey Ferguson, "às 8:30 h cortaram todas as linhas telefônicas internas, mandaram fechar o restaurante e, até às 11h já haviam circulado entre os grevistas duas cartas de advertência. Mesmo assim, o pessoal continuou de braços cruzados."

Uma comissão de empregados da Engersol Rand foi chamada pela diretoria da empresa, quando se iniciou ali a paralisação. Os trabalhadores não aceitaram a idéia e os patrões tiveram que fazer suas ameaças a todos conjuntamente. O dia 31, é a data do pagamento naquela fábrica, no entanto, devido a greve, os empregados não veriam seus salários, nem tampouco seu almoço. "A resposta do pessoal, conta um metalúrgico foi voltar quieto para perto das máquinas e continuar parado. E já estão ameaçando fazer um dia a mais de greve, caso seja suspenso realmente o pagamento."

Na Telefunken a ameaça foi semelhante. Perderiam o domingo, o feriado e o pagamento no dia 10, caso continuassem parados. E continuaram.

A Comissão de Fábrica existente na Caterpillar, reconhecida desde a greve do meio do ano, foi chamada pela diretoria da empresa para conversar. "Nós já temos experiência da outra vez, e só fomos chegando, batendo o cartão e indo para o pátio. A empresa disse que, por eles, fariam o acordo mas a Comissão se recusou a negociar. Nós achamos que fazemos parte de uma categoria, é por ela que estamos paralisados, e o pessoal está disposto a ficar em greve até toda a categoria conseguir o seu aumento."

Em Guarulhos, o exemplo feminino

Nas primeiras horas da manhã de segunda-feira, a repórter Samira Zaidan, de *Em Tempo*, assistia a última e decisiva distribuição de boletins nas portas de fábrica, em

Guarulhos, que chamavam à greve geral da categoria metalúrgica. Ela descreve a seguir o que foi a paralisação.

O clima era de muita ansiedade. A partir das 8 h. o quadro começava a se definir e no final da tarde, Guarulhos estava praticamente paralisada. São mais de 30.000 paralisados, significando 80% do total da categoria local.

A Mannesmann, com 1015 metalúrgicos, pára totalmente. Segue, a Asea Elétrica, SKF Rolamentos, Borlem, Bardella, Condeal, Metal-sil. Silêncio ao redor das fábricas. Pequenos grupos de trabalhadores sentados na grama, ou sobre o material de trabalho conversavam calmamente. Os guardas das fábricas acompanhando à distância. Os órgãos de repressão ausentes.

A partir do meio-dia o movimento dos trabalhadores no sindicato é intensificado e já se pode ter uma visão melhor do que de fato ocorrera em cada fábrica. Em sua grande parte os patrões ou gerentes tentavam convencer a volta ao trabalho. Algumas, como a VDO do Brasil suspendeu aqueles que à greve se aderiam por dois dias, sem direito a remuneração. Onde podiam, fechavam restaurantes, cantinas. Na Motores Elétricos Brasil um início de tumulto causado quando os guardas chamaram um tático-móvel da PM, que não chegou a intervir. Aqueles onde a paralisação foi total, ou parcial mas vital para seu funcionamento, em geral se dispuseram a todos. Muitos foram ameaçados de receber "justa causa". A última fábrica a aderir totalmente foi a Philips que possui 3.118 operários.

Lá os patrões pressionaram desde a chegada, levando trabalhadores do ônibus direto aos portões de trabalho, o que obrigou aos metalúrgicos a correrem para anunciar a seus companheiros a proposta de paralisação.

"Guarulhos foi favorecida porque grande parte trabalhou sábado pra compensar sexta-feira, depois dos finados e pudemos neste dia divulgar a decisão da greve. Isto é um dos fatores que propiciou a rápida adesão, diferentemente de muitas empresas em São Paulo que os operários só souberam da decisão na segunda-feira", declarou um representante do sindicato.

Na fábrica de nome Atelier Mecânico Morcego o movimento ganhou simpatia de todos, pois tendo composição majoritária de mulheres, verificou-se que os homens de lá permaneceram trabalhando. "Também eles ganham bem e nós como ganhamos salário-mínimo, tanto faz, nada temos a perder e resolvemos enfrentar", declaram as metalúrgicas grevistas. Denunciaram ainda que foram ameaçadas por uma de suas chefes, conhecida como "Maria Morcego", que dizia serem elas ignorantes e não merecedoras de aumento pelo serviço que prestavam.



Por dentro da greve



O fotógrafo Ennio Brauns Jr conseguiu penetrar na fábrica Villares, em São Paulo, e documentar a greve por dentro, na manhã de segunda-feira. Quando foi notado pela segurança da firma, misturou-se entre os operários, mas teve que correr em seguida, pular o muro e cair do outro lado, com a mão e as calças rasgadas.



Meia noite em Osasco. As máquinas silenciam.

No primeiro dia, o balanço na cidade de Osasco apontava o número de 20 mil operários metalúrgicos em greve. O que significa que 60% da categoria - 33 mil no total - aderiram ao movimento. Logo pela manhã, após receberem o boletim que era distribuído aos milhares pelos membros da comissão geral da greve, os operários batiam o ponto e iam se postar de braços cruzados de frente as máquinas. Na Cobrasma e na Ford, departamento de fundição, os grevistas levaram o pé-da-letra a data para a deflagração do movimento: "os companheiros da noite iniciaram a greve a partir da meia-noite, o que foi um grande incentivo para gente", segundo informações de alguns operários daquelas empresas.

Resultado da unificação dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos, a greve de Osasco tem como ponto de partida a assembleia de sexta-feira, deflagradora da paralisação e de criação da comissão geral de greve, composta por delegados de fábricas, membros da Oposição e diretores do sindicato, e representante das comissões de fábrica.

No primeiro dia da greve a sede do sindicato abriu às 7 h e a medida em que as informações sobre as fábricas que haviam aderido iam chegando, a euforia se instalava. Traçadas pelos distribuidores de boletins, estas informações foram conseguidas através da combinação de uma sinal entre os que estavam dentro com os que ficavam de fora das fábricas. Em muitas delas, a comunicação era facilitada pela explícita copivência dos guardas: "estamos no mesmo barco companheiro", foi

uma expressão ouvida muitas vezes.

A contra-ofensiva patronal

No entanto, nem tudo foi cor-de-rosa. Da inicial incredulidade: "eles não acreditavam na greve até o dia em que ela estourou", os patrões de Osasco começaram a agir. Eden Ponciano da Silva, operário da Metalúrgica Itaim, foi demitido porque lia o mosquito - versão reduzida do boletim - dentro da fábrica. De nada valeram os seus sete anos de casa ante a inflexibilidade do engenheiro-chefe: "quem manda na fábrica sou eu", obrigando Eden a procurar imediatamente o sindicato, que já está tomando as providências legais.

O fato mais escabroso ocorreu na Mecânica Meridional. Seus diretores, e em especial o "gringo Werner", ordenaram a apreensão do material informativo do sindicato, e após demitirem dois operários acusando-os de agitadores, colocaram os grevistas no pátio interno da empresa que sob o sol e sem poderem utilizar os sanitários ainda foram fisicamente agredidos. Na hora do almoço, sob a alegação de que eles não podiam entrar em contato com os membros da comissão que se encontravam no portão, os operários tiveram sua saída da fábrica obstruída pela segurança. Até mesmo o diretor do sindicato, Floravante de Azevedo, foi ameaçado de agressão pelos guardas. Quando todos, por volta das 16 horas, se retiravam da Meridional, os carros que se encontravam estacionados no pátio externo foram recolhidos para dentro, temerosos de que os

operários tentassem destruí-los. Para Bremio: "não passou de mais uma manobra da empresa".

A retirada dos cartões de ponto da chapeira, na entrada ou na saída, foi uma das represálias utilizadas pelos empresários de Osasco. A Bardella, a Fundação Ford e a Mecânica Simpson, dentre inúmeras delas, lançaram mão deste expediente: "querem impedir que a gente registre a presença para depois descontar". Foi, talvez, a irritação quem proporcionou este comportamento da direção da Ford. Após longas discussões, a direção propôs para os operários voltarem ao trabalho assim que ouvíssem o apito das 15h45 m: "o apito tocou, mas ninguém trabalhou. Daí os homens



Nils Andreas

Cobrasma, em Osasco, o começo.

ficaram com raiva e tiraram os cartões da chapeira". Houve uma represália, cuja decisão se atribui ao sindicato patronal, largamente utilizada pelos empresários de Osasco: carta de suspensão de dois dias - segunda e terça-feira - para todos grevistas. Traçadas para o sindicato, o presidente dos metalúrgicos Henos Amorina, deu a seguinte explicação: "por trás destas cartas escondem-se três ob-

jetivos. Intimidação, esfriamento e manobra legal que desobriga os patrões ao pagamento dos dias em que a categoria se mantiver em greve. No entanto, o departamento jurídico do sindicato já esta tomando as providências". Contudo, para os operários que porventura furem a greve, o tratamento é diferenciado: "como nunca eles haviam recebido antes", segundo um operário grevista da Forjaço. Lá, os não-grevistas almoçaram em separado: "para não se contaminar", foram dispensados mais cedo e transportados até suas casas por peruas e ônibus fornecidos pela empresa. Porém, a contrapartida deste fato foi dada pela ferramentaria da Bransprensa; 30 ferramenteiros abandonaram a fábrica ao saberem que o encarregado da seção havia sido demitido por estar em greve.

Na eventualidade da discussão sobre salários ser transferida para a Delegacia Regional do Trabalho, DRT, o que significa o rompimento do diálogo direto entre patrões e operários, Zé Pedro da Silva, líder da Oposição, assim se manifestou: "acredito nesta possibilidade. Mas acredito muito mais na mobilização da categoria". Lembrou-se do exemplo de Betim, onde recentemente a Justiça Trabalhista acordou um aumento acima dos índices oficiais, e ressaltou que: "o aspecto

mais importante da greve são as comissões de fábrica. Nossa paralisação é fruto de um longo trabalho e muito pouco pode ser atribuído ao movimento espontâneo, embora a situação econômica dos trabalhadores esteja realmente insuportável".

Por volta das 17h, coincidindo com o término do expediente, a afluência dos operários ao sindicato se intensificou. Inúmeras mini-assemblys com participação de 200, 300 e até 400 operários foram realizadas. Discutia-se os acontecimentos do dia e maneira como eles deveriam ser enfrentados no dia seguinte: "aqueles que forem impedidos de entrar nas fábricas devem evitar aglomerações na portaria e dirigirem-se ao sindicato. Nenhum acordo que não passe pela assembleia geral tem validade. O pagamento dos dias da greve serão anexados às reivindicações iniciais dos grevistas". Por fim, foram alertados sobre a possibilidade dos jornais publicarem "matérias pagas", informando que o acordo já saiu e a greve acabou.

A noite, a comissão de greve se reuniu para fazer o balanço do dia e dividir as tarefas que iriam garantir a continuidade da greve. Reafirmando, porém, que só a assembleia geral dos trabalhadores metalúrgicos de Osasco teria poderes para deliberar sobre os possíveis acordos. (Carlos Savério)



Assembléia dos 30 mil

Ennio Braws Fº

“A GREVE CONTINUA”

Já na manhã de quarta-feira, quando a traição de Joaquim dos Santos Andrade ficou evidenciada claramente para todos, um boletim começou a circular entre os metalúrgicos, desenvolvendo as formas de organização independente para tentar garantir a continuidade da greve. Era assinado pelos “Comandos Regionais Sul-1, Sul-2 e Sudeste”, correspondentes às regiões fabris da capital paulista. Esses comandos haviam sido instituídos já na assembléia de sexta-feira, que deflagrou a greve. Eis as instruções contidas no folheto:

“Após a apuração, dirijam-se para seus regionais para organizarmos a continuidade da greve.
O que fazer na regional:

1- Eleger no mínimo 1 representante por fábrica para o Comando Regional da Greve;

2- O Comando Regional elege 10 representantes para se reunir com os representantes de outras regionais, formando o Comando Geral da Greve.

Porque são necessários os Comandos? Porque o sindicato pelego está contra a greve e a favor dos patrões. É necessário que nós trabalhadores dirijamos nossas lutas, dirijamos nossa greve.

Após eleger os comandos, programar nas regionais e no Comando Geral, o trabalho a ser realizado nos próximos dias:

1 - Plantão permanente no Regional;

2 - Boletins para distribuir nos bairros;

3 - Boletins para distribuir na segunda-feira;

4- Organização de Comitês de apoio à greve;

5 - Assembléia dos regionais até domingo para organizar os trabalhos de segunda-feira.

Importante: as comissões de fábricas devem enviar seus representantes às regionais;

A greve continua até a vitória final!

70% de aumento sem escala e sem desconto!

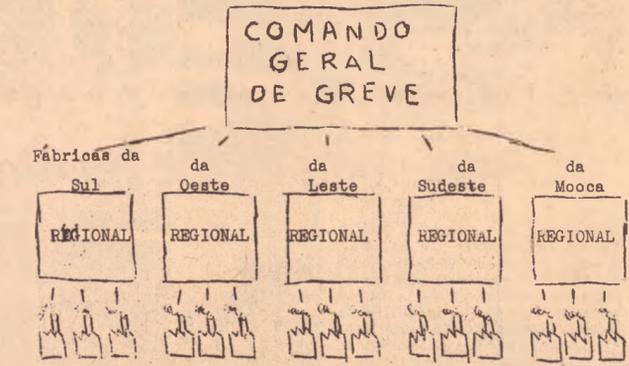
Reconhecimento e estabilidade das comissões!

Abaixo o sindicato pelego!

Todo apoio aos comandos regionais!

Força total ao Comando Geral da Greve!

Em seguida vem o endereço das regionais, no total de sete, e também um organograma explicando o funcionamento, que transcrevemos a seguir:



+De cada fábrica um representante para a regional. Destes representantes elegem-se 10 que vão se reunir para formar o Comando Geral da Greve.

“Um, dois, três! Agora é a nossa vez!”

O relato da assembléia que decidiu a greve, dia 27. 20 mil metalúrgicos obrigam Joaquim a engolir o movimento.

A assembléia que deflagrou a greve, no dia 27, sexta-feira, levou a marca de uma incontrolável disposição de guerra dos 20 mil trabalhadores que se dirigiam à sede social do sindicato, na rua do Carmo. Destes, cinco mil conseguiram entrar no prédio, já que o auditório é pequeno. O resto ficou aglomerado na porta do sindicato, onde o trânsito foi obstruído. A própria Oposição Sindical reconheceu, numa avaliação no dia seguinte, a grande dificuldade em direcionar o movimento, tal o ânimo da massa, que rejeitava ruidosamente a liderança de Joaquim dos Santos Andrade e só deixava falar aqueles operários que ao longo da campanha salarial, mostraram-se comprometidos inequivocamente com a deflagração da greve.

Quem chegasse aquela hora nas proximidades já podia há cerca de 100 metros ouvir um rumor bem forte, que entoava: “greve! greve!” ou “desce! desce!”, ou ainda “rua! rua!”, numa exigência de que a assembléia fosse transferida para fora, conforme havia sido combinado na assembléia, anterior, do dia 20, mas o presidente Joaquim dos Santos Andrade não cumpriu. Uma faixa esticada de fora a fora na rua pregava “liberdade de organização e expressão para os trabalhadores”. Muitos metalúrgicos carregavam pequenos cartazes falando da necessidade de ir à greve e formar comissões de fábrica. Três operários subiram em cima de um carro estacionado e faziam discursos cada vez mais inflamados, entrecortados pelos gritos insistentes da massa.

“Rua! Rua!”

Pelas escadarias, o clima era o mesmo. Chegar até o salão era praticamente impossível. Lá dentro, Joaquim Andrade tentava apresentar ao plenário qual tinha sido a contra-proposta dos patrões, feita durante as negociações diretas na Federação das Indústrias de São Paulo. Mas a massa de trabalhadores, de pé, queria fazer uma assembléia unificada. “Desce! Desce!”, “Rua! Rua!”, eram também os gritos no segundo andar, onde caadeiras haviam sido retiradas. E não deixava Joaquim Andrade, que há 14 anos dirige a entidade, falar.

Na primeira fila, formou-se um cordão de braços dados que tentava levar para fora todo o conjunto da assembléia. O plenário, aos poucos, se enviaza pela metade, mas persiste a agitação. Uma faixa escrita “Villares” é levantada. Ninguém consegue mais dirigir a palavra para a massa de trabalhadores.

Quem tenta descer as escadas, neste momento, para ganhar a rua, depara com uma passeta interna, no sentido contrário. Com o grito já furioso de “greve! greve!”, centenas de metalúrgicos regressam ao plenário, que aos poucos se enche de novo.

A deflagração

Naquela agitação total, ninguém sabe mais dizer que rumo as coisas vão tomar. No palco onde está a comissão de salários e a diretoria do Sindicato há somente tensão e expectativa. De repente, um metalúrgico de camisa xadrez sobe na mesa da direção e pega o microfone das mãos de Joaquim Andrade. Era Antônio Flores, um dos mais conhecidos participantes da Oposição Sindical e um dos seus iniciadores. A massa solta um grito de alegria e imediatamente faz um silêncio. Flores reivindica que Joaquim Andrade deflagre imediatamente a greve. Joaquim é suspenso por muitas mãos ao lado de Flores, em cima da mesa, mas a massa não deixa que fale. E ele não consegue mesmo fazer uso do microfone, mesmo com os gritos de exigência de Flores: “deflagra! deflagra!”. Neste momento, outro membro da Oposição Sindical pega o microfone e a assembléia volta novamente a fazer silêncio, cortando com gritos esparsos. Outro participante da Oposição Sindical faz o mesmo em seguida e anuncia que Joaquim Andrade vai fazer uso do microfone para decretar a paralisação. A massa explode, se antecipa, aos gritos de “greve! greve!”.

Com a palavra garantida pela Oposição Sindical, só resta a Joaquim Andrade dizer que a manifestação significava greve. Novamente, ouve-se o delírio da assembléia. Estava tomada a mais importante decisão do movimento operário nos últimos anos.

“Um dois três, agora é a nossa vez!”. “O sindicato é nosso!”, eram os gritos que formavam o coro que ainda permaneceu por várias horas circulando alegremente pelos corredores, cantando por cordões de metalúrgicos que subiam e desciam as escadas do sindicato.

O Momento histórico: Flores sobe na mesa...



... e garante a palavra para Joaquim deflagrar a greve.



O Movimento Custo de Vida, de São Paulo, faz novas manifestações contra a carestia e declara solidariedade aos operários grevistas, descobrindo formas para a integração das lutas nos bairros e nas fábricas.

No último domingo, dia 29, no mesmo horário e com a mesma pauta, realizaram-se cinco das seis manifestações programadas pelo Movimento do Custo de Vida (MCV) de São Paulo, em protesto contra a carestia. Painéis vazios foram erguidos e fez-se um minuto de silêncio em protesto contra as precárias condições de vida das populações trabalhadoras, habitantes da periferia. As principais palavras-de-ordem das manifestações: “abaixo a carestia”, “povo unido jamais será vencido” e “liberdade para o povo”.

As concentrações do MCV, sobretudo as da Zona Sul e São Miguel Paulista - realizadas dois dias após ter sido decretada a greve dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos - começaram a expressar a ligação que deve existir entre os movimentos de bairro e os movimentos de fábrica.

Em carta aberta à população, o MCV assume agora que “participação nas campanhas salariais de diversas categorias de trabalhadores é uma forma concreta de exigirmos o aumento de salário”. Assim, através do apoio à greve dos metalúrgicos, estreitam-se os laços entre o bairro e a fábrica.

Zona Sul

Na manifestação das painéis vazias contra a carestia na Igreja da Cidade Dutra na Zona Sul, duas mil pessoas

repudiaram a atitude de desrespeito do governo para com um milhão e 300 mil signatários do abaixo-assinado contra a alta do custo de vida e, a seguir, se solidarizaram com o movimento salarial dos trabalhadores.

“Estamos aqui reunidos para protestar e dar continuidade ao nosso movimento e ninguém melhor que um operário prá falar sobre as condições de vida dos trabalhadores” - fala a representante da mesa, convidando o primeiro orador da tarde, um metalúrgico. Após solidarizar-se com o MCV, o operário informa que a greve foi decretada e pede apoio ao movimento através da formação de Comissões de Bairro para a divulgação da greve.

O representante de Dom Mauro Moraes, bispo da região, explica que “a Igreja não pode mais viver na ambigüidade, deve definir-se ao lado do povo”. A representante das assistentes sociais recebe vibrantes aplausos quando fala que suas colegas de profissão não estão mais dispostas a ajudar a expulsar os favelados de seus barracos. “Nós queremos somar com vocês, que a luta do povo é nossa luta também”.

Um representante do MCV reafirma a justiça das reivindicações feitas: “Se somos nós que criamos tudo o que se produz neste país, o que exigimos não é nada mais que nossos legítimos direitos”. Inflamado, diz ainda: “Se todos

nós cruzássemos os braços, fizéssemos como os metalúrgicos, queria ver como ficariam os tubarões, os patrões.”

Lá fora, camburões da Polícia Militar. Dentro, inconfundíveis investigadores à paisana. Como previa o último ponto da pauta, o povo é chamado a dar seu depoimento. José, pequeno agricultor, hoje sem terras, propõe uma imediata reforma agrária. Uma oradora é fortemente aplaudida quando conclama as mulheres a “deixar de ser objeto de uso da sociedade e dos homens e a participar da política”. Logo, ouve-se uma voz masculina, também entusiasmada: “A mulherada vai botar prá quebrar!”

É o representante da Pastoral do Mundo do Trabalho, seção de Interlaços, após solidarizar-se com as mulheres que “assumiram a luta ao nosso lado”, fala da luta salarial: “Amanhã a palavra-de-ordem é greve! A Pastoral incentiva a greve. Que todos dentro da fábrica, parados, exijam aumento salarial”. Sucedem-se denúncias de falta de água nos bairros, creches, condução. Um trabalhador pede solidariedade e apoio aos operários da Alfa, há 15 dias em greve de protesto pelo assassinato de Nelson Pereira Jesus, pelo seu patrão, quando reivindicava o salário que lhe era devido. (Ver EM TEMPO nº 35, pág. 12).

“Ai, ai, ai, /Está chegando a hora/ O povo está acordando e quer ver/Mudança sem demora!”, canta o pessoal da Zona Sul. Ao alto, painéis e cartazes: “O abaixo assinado é verdadeiro, falso é o governo que não foi escolhido por nós”; “Chega de corrupção, mais arroz e mais feijão”; “Todo o apoio aos metalúrgicos”.

Aqui a assembléia contra a carestia foi feita na Igreja de São Miguel Paulista. O protesto contra o desprezo com que o governo tratou os representantes do MCV em Brasília, há cerca de um mês, e a manifestação de apoio ao mo-

vimento dos metalúrgicos foram os principais pontos da manifestação.

Zona leste

Os grevistas da metalúrgica Alfa, também presentes, solicitaram o apoio do povo, através de doações de alimentos, remédios e dinheiro. A representante da Comissão dos Direitos Humanos afirmou: “Todos temos direito de participar das decisões, de nos organizarmos, de protestar, de fazer greve. Esses direitos não são respeitados pelas autoridades.”

O presidente da Comissão de Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Paulo José Carlos Dias, explicou que sua presença era o testemunho de que aquela Comissão “só pode existir se estiver enraizada no povo. Queremos o Estado de Direito, mas não só um Estado formal de expressão jurídica, mas que seja do povo. Nossa panela vazias são símbolo de nossa alma e nosso grito deve ser basta de opressão!”

Manifestaram-se ainda representantes dos Sindicatos de Jornalistas e dos Médicos e um representante da Igreja.

Acompanharam a cobertura jornalistas da BBC de Londres e de uma rádio suíça. Cinco viaturas da polícia e policiais à paisana acompanharam toda a reunião. Na Região do ABC e na Região Oeste de São Paulo, as assembléias tiveram o mesmo desenrolar.

Campinas

Em Campinas, as 300 pessoas reunidas no Colégio Vedruna, na Vila Nova, protestaram também contra a recente resposta do governo ao MCV em Brasília e reafirmaram que “continuam firmes nas suas propostas, na caminhada contra a carestia”. Todos os oradores denunciaram a deterioração crescente

das condições de vida do povo, mostrando a dureza cada vez maior da situação enfrentada pela dona de casa para alimentar e educar seus filhos, os preços absurdos cobrados pelas empresas privadas do setor de serviços, a ignorância oficial sobre as condições das boías-frias, a inutilidade do Mobral.

Uma oradora declarou: “O que a gente quer é diminuir um pouquinho o lucro deles até a gente se organizar para não ter mais pobre nem rico, ser todo mundo igual.” E o representante da Oposição Metalúrgica falou da necessidade de se conquistar o direito de greve na prática e organizar Comissões de Fábrica para pressionar o Sindicato. As discussões terão continuidade no dia 19 de novembro, às 15 horas, no Colégio Pio XII.

Zona Oeste

Na Igreja Santo Antonio da Vila Brasilândia, a assembléia contra a carestia contou com a participação de 500 pessoas. Como nos outros lugares, o ponto principal foi a denúncia da atitude governamental em relação MCV, atestado pela veemência do discurso de abertura:

“Que governo é esse que nos acusa de desonestidade e de ter falsificado assinaturas, como se nenhum de nós soubesse o que coletou e assinou. Desonestos são os preços que pagamos pelos alimentos que comemos. Desonestos são os salários que recebemos. Falsos são certos índices de inflação nos quais se baseiam nossos reajustes salariais. Falso é o diálogo onde as autoridades têm o direito de falar e o povo só tem o direito de ouvir.”

Outro ponto enfatizado referiu-se à especulação de terras no Baixo e Médio rio São Francisco e no Vale do Ribeira e a expulsão dos agricultores de suas terras. Ao final a assembléia, decidida pela continuidade da luta, através do apoio às campanhas salariais dos trabalhadores e as greves dos metalúrgicos de São Paulo:

Santo André

A reunião foi realizada no Instituto Coreção de Jesus, participando cerca de 300 pessoas. Benedito Marçilio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, frisou que “essa luta é política, pois o governo que aí está não tem compromisso com o povo uma vez que não foi escolhido por ele. Por isso, o governo é insensível às reivindicações do Custo de Vida”. Acentuou também a importância da organização de todas as categorias (professores, médicos, donas de casa) que devem caminhar juntas defendendo pontos como: Assembléia Nacional Constituinte com ampla participação dos trabalhadores, eleições livres e diretas em todos os níveis, negociações diretas entre empregados e patrões liberdade e autonomia para os sindicatos.

Os demais oradores falaram sobre a importância da união do povo na luta contra a carestia, denunciando a brutal desigualdade na distribuição de renda, a repressão policial contra os trabalhadores e o povo.

Osasco

Por causa de prisões, ocorridas no meio da semana, de membros do Movimento do Custo de Vida em Osasco, não se realizou a manifestação das painéis vazias nesta região. Segundo integrantes do MCV, na quarta-feira, dia 25, quando três pessoas distribuíam folhetos de convocação de assembléia, na feira do Jardim Novo Osasco, ocorreram algumas prisões. Um dos detidos - Aldo Miranda Rocha - informou que 15 minutos depois de terem começado a distribuição da convocatória, surgiram dois policiais à paisana (um homem e uma mulher), que efetuaram 3 prisões. Em seguida, um carro da polícia apareceu para levar todo o material do MCV. Além de Aldo, foram detidos também Arthur Adolfo Parada e Roaquin Celestino de Oliveira.

ESPAÑA

Democracia direta nas Comissões Operárias

"Não é o momento da luta econômica. Não é o momento da luta contra o capitalismo".

Certamente, com essas palavras, Santiago Carrillo pretendia dizer que era o momento de alguma outra coisa, provavelmente a luta contra os "resquícios feudais" na Espanha ou mais concretamente, o reforço do pacto de austeridade proposto pela "monarquia democrática" de Juan Carlos. Mas é sintomático - e um sintoma da perplexidade em que se encontram atualmente mergulhados os grandes partidos operários e as centrais sindicais a eles ligadas - que o secretário geral do PCE tenha realizado a façanha de negar, em frases sucessivas, a luta econômica e a luta política.

Essa dupla negação, entretanto, é contrariada a cada dia pelos trabalhadores espanhóis. Em novembro de 1976, centenas de milhares de trabalhadores foram à greve com as seguintes palavras de ordem: aumentos salariais (obtidos de até 30%, o que rompeu com o teto salarial imposto pelo governo; nenhuma demissão; redução das horas de trabalho e aumento do período de férias; readmissão de todos os despedidos por motivos sindicais ou políticos (inclusive a readmissão dos despedidos desde a guerra civil, iniciada em 1936); imposição dos representantes sindicais eleitos pelos operários; legalização de todos os partidos políticos; direitos sindicais e de reunião, liberdade de imprensa e de manifestação; direito das várias nacionalidades espanholas à auto-determinação e, finalmente, dissolução do aparato repressivo do franquismo. O econômico e o político estavam intimamente interligados.

Durante essas lutas, e em várias outras, as massas trabalhadoras espanholas forjaram uma série de organismos unitários, que apresentavam como traço comum a eleição desses representantes desde que a assembleia assim decidisse. Surgiram, assim, a Coordenadora de Fábricas em Luta de Biscaia, vários comitês a nível municipal, como o de Madri, e até mesmo uma série de associações de bairro. No entanto, a multiplicidade desses organismos de base não conseguiu esconder uma debilidade atual do movimento operário na Espanha: a mudança do caráter das Comissões Operárias, os organismos de frente única forjados pela classe operária há mais de 20 anos, e em quem as massas aprenderam a confiar.

Antes (v. ET nº 18) as CCOO reuniam ombro a ombro operários de todas as posições políticas e ideológicas, desde que dispostos a lutar por suas reivindicações; era precisamente nas assembleias das CCOO que o econômico e o político se combinavam. Em seu livro "Conversas na Prisão" (de 1974), Marcelino Camacho, a mais importante liderança das Comissões Operárias afirma: "Se tivéssemos de resumir como e onde nascem as CCOO, diríamos que o fazem nas assembleias de trabalhadores... mas, sob condições de ditadura nem sempre se pode reunir a assembleia... Então o movimento de CCOO nasce com muitos, poucos ou os trabalhadores que se conseguem reunir. Mas é preciso sempre criar rapidamente as condições para fazer as assembleias, que são a base essencial do movimento das CCOO, já que o que chamamos geralmente comissão não é mais que um núcleo do movimento". E Camacho continua: "As CCOO

são um movimento sócio-político, isto é, vão além do reivindicativo (da luta econômica) embora esta seja fundamental, e colocam o problema da mudança do poder político. Nas assembleias nos centros de trabalho, as CCOO suprimem as barreiras entre organizadores e não organizados, como as existentes nos sindicatos clássicos; ao mesmo tempo asseguram uma democracia direta e uma participação das massas na gestão e controle de seus próprios assuntos desde hoje, prefigurando em certa maneira o grande papel que podem exercer no futuro no controle e gestão das empresas".

Nesta democracia direta e nesta superação das barreiras entre sindicalizados e não sindicalizados manifestava-se um aspecto essencial das CCOO: seu aspecto de **órgãos de poder operário**, ainda que embrionários. E mais, órgãos de poder nascidos na luta, com representantes que podiam ser demitidos a cada momento pelos que os haviam escolhido. Forjava-se, assim, um tipo de organismo operário de autoridade nacional, em seu interior, todas as correntes do movimento operário poderiam trabalhar ombro a ombro, submetidas ao controle das assembleias de base, a nível de zona ou cidade, região e, finalmente, nível nacional.

Hoje, entretanto, esse caráter de órgão de poder das CCOO viu-se bastante reduzido, e em certas regiões simplesmente desapareceu. As CCOO tornaram-se uma central sindical - uma das várias que existem na Espanha. É a mais forte central operária: 160 mil aderentes, para 60 mil da UGT, socialista. Mas seu prestígio político e sua capacidade de mobilização são incomparavelmente menores do que quando "assegurava a

participação das massas na gestão e controle de seus próprios assuntos".

As comissões "controladas"

Esta mudança no caráter das CCOO também decorre da hegemonia do PCE em seu interior. Em outras palavras, seria possível criar uma central sindical única desde que o partido mais forte assegurasse a todos os demais a democracia operária mais estrita: o direito de levar às bases posições políticas divergentes para o encaminhamento da luta sindical, o direito de publicar materiais "minoritários" na imprensa das CCOO - o direito de lutar pelo poder, pela vitória de suas posições, no interior dos órgãos de democracia operária. O PCE, entretanto, preferiu o caminho do "controle" das comissões. Um ótimo presente para grupos que nunca estiveram interessados na unidade do movimento sindical e, sobretudo, para Juan Carlos. O resultado é que o número de operários sindicalizados, na Espanha, não chega hoje a 300 mil pouco mais de 10% da população ativa.

Por isso, cada onda de greves na Espanha recoloca o problema da criação de organismos unitários, de frente única, "que suprimam as barreiras entre organizados e não organizados". Surgem as Coordenadoras de Fábricas em Luta, os Comitês de Greve e outros organismos. Mas será preciso muito tempo, e combates difíceis, para que estes órgãos se integrem numa estrutura coerente, organizada desde a fábrica até o escalão nacional - organismos de luta como foram (até bem pouco tempo) as Comissões Operárias.



Manifestação das Comissões Operárias da Espanha

Greve: o aprendizado de um novo poder.

Os conselhos operários, nascidos de uma longa greve ou de um grande enfrentamento entre o Capital e o Trabalho, são os órgãos naturais de exercício do poder pelos trabalhadores. Desde a revolução de 1948 na França, passando por todas as revoluções proletárias do nosso século, essa forma de organização sempre se impôs. É pouco provável que no curso das grandes transformações futuras, formas de organização inteiramente novas de poder operário sejam inventadas, assim como é pouco provável que essas formas sejam simples repetições das anteriores. De qualquer modo, um elemento universal pode ser apreendido das experiências passadas. É disso que trata, Ernest Mandel nessa seleção de escritos.

Toda luta de conjunto dos trabalhadores, que ultrapasse objetivos imediatos e corporativos, faz emergir o problema de formas de organização que contêm, em germe, uma contestação do poder capitalista.

Uma greve econômica, puramente profissional, visa apenas uma repartição mais favorável, para os trabalhadores, da riqueza, que eles próprios produziram.

Mas mesmo tal greve, se levada com energia e combatividade, contesta parcialmente o poder capitalista. Ela quer impedir o patrão de comprar "livremente" a força de trabalho, isto é, de impor a concorrência entre os trabalhadores, desde que eles só podem se defender do capital todo poderoso, se estiverem unidos. Ela quer impedir o patrão de introduzir na "sua" empresa o que bem quiser: é esta a condição de êxito de qualquer

greve. Pelo mesmo motivo, ela contesta o direito da burguesia coletiva - do Estado burguês - de controlar as vias de circulação; é a função dos piquetes de greve, que fazem "o policiamento da circulação das grevistas" nas proximidades da empresa em greve, substituindo a polícia burguesa.

Ela contesta ainda a ideologia burguesa dominante (inclusive o direito burguês), isto, porque mesmo o Estado burguês mais "liberal" quando defender princípios abstratos como a "liberdade de trabalho" ou o "direito de ir e vir" (o acesso às fábricas), está longe de afirmar sua neutralidade, seu papel conciliador na luta de classes, ao contrário, esse Estado intervem ativamente nesta, e ao lado do Capital e contra o Trabalho. Porque a greve é a afirmação pelos trabalhadores de seu direito de luta contra "a liberdade de exploração" e pelo controle da mão-de-

obra pelo conjunto dos próprios trabalhadores.

Mas a ideologia dominante é também contraditória. Ao proclamar a "liberdade de trabalho", ela interdita à maioria dos trabalhadores em greve o exercício do direito de não trabalhar em condições que não lhes convêm, sem lhes garantir ao mesmo tempo a possibilidade de trabalhar permanentemente (o pleno emprego). A "liberdade de trabalho" não é senão a liberdade do Capital de comprar a força de trabalho quando lhe convém e nas condições que lhe convêm, e o conjunto das condições sociais, jurídicas e ideológicas que obrigam o trabalhador a vender sua força de trabalho em tais condições. Todos os seus verdadeiros direitos são negados e o único "direito" que subsiste é aquele de não morrer de fome... desde que se submeta às condições do capital.

A alienação posta em xeque

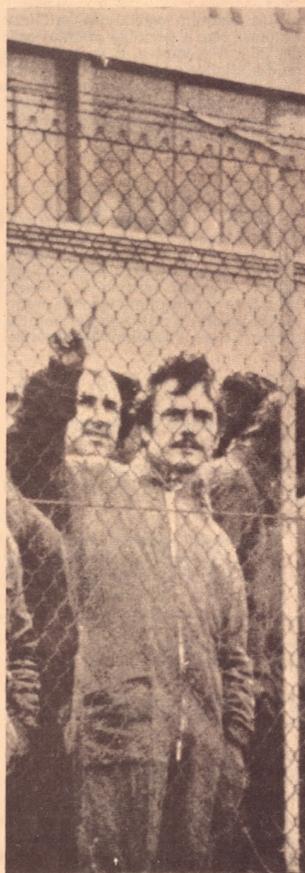
Mas o que é apenas potencial, presente em germe, numa simples greve profissional, tende a se afirmar mais nitidamente desde que o movimento se amplia. Quando se passa de uma greve numa única empresa a uma greve em todo um ramo industrial e desta a uma greve geral local, regional ou nacional; quando uma greve durante qual a fábrica permanece vazia se transforma em uma greve com ocupação das fábricas, das oficinas e dos escritórios; quando uma greve com ocupação passiva evolui finalmente para uma greve com ocupação ativa na qual os trabalhadores retomam o trabalho sob sua própria direção nesse momento todo o potencial contestatário do simples "conflito de trabalho" se desenvolve até suas últimas consequências a torna-se uma prova de força entre a classe operária e a burguesia.

É na organização que os trabalhadores forjam para travar esse combate com o máximo de chances de vitória, que desponta mais nitidamente esse "contra-poder" embrionário que a greve produz. Um comitê de greve eficaz, por mais breve que seja a paralização será forçado a criar, em seu interior e entre os grevistas, comissões responsáveis pela coleta e distribuição de fundos de sustenção pela distribuição de viveres e de alimentos aos grevistas e às suas famílias; pela interdição das vias de acesso à empresa; pela organização do lazer dos grevistas; pela defesa da causa dos grevistas entre a opinião pública pela busca de informações precisas sobre as intenções dos adversários etc.

Trata-se na verdade do aprendizado de um poder operário em germe, capaz de levar adiante as tarefas de administração de um Estado Operário. E mesmo existindo apenas embrionariamente, o futuro poder operário já manifesta a tendência que lhe é particular, ou seja, buscar associar o máximo de participante no exercício do poder, superar na medida do possível a divisão social do trabalho entre administradores e administrados que é própria do Estado burguês e de todos os Estados que defenderam os interesses das classes exploradoras na História.

Tempos "anormais"

Mesmo sob a conduta de dirigentes relativamente moderados, os comitês centrais de greves de uma grande cidade proletária são obrigados a assumir a organização do abastecimento e do serviço público. Em Lié-



ge, na Bélgica, durante as greves de 1950 e de 60-61, a direção da greve regulamentava a circulação dos automóveis na cidade e interditava o acesso de qualquer caminhão que não estivesse munido de um conduto do

comitê de greve. A população, inclusive a burguesia, reconhecendo esse poder de fato, se dirigia à sede dos sindicatos para obter tais autorizações, assim como, nos tempos "normais", se submetia às autoridades municipais.

Uma greve pode ser dirigida burocraticamente por um sindicato, isto é, por funcionários distanciados dos locais de trabalho. Pode ser dirigida democraticamente por um sindicato, isto é, com base em assembleia de sindicalizados grevistas, que de fato decidem sobre o desenvolvimento de sua luta. Mas a forma mais democrática que se pode dar à direção da luta é evidentemente a de um comitê de greve eleito pelo conjunto dos grevistas, sindicalizados ou não, e que se submete democraticamente às decisões das assembleias gerais de grevistas convocadas regularmente.

É nesse último caso que a greve começa a ultrapassar suas funções imediatas. Porque tal organização democrática da luta, inicia um processo de liberação para o operário individual, começa a colocar em xeque um longo hábito de passividade, submissão e obediência na vida econômica. Ela começa a permitir que este operário enfrente as diversas autoridades que o esmagam na vida cotidiana.

Quando nos defrontamos com uma greve geral, de alcance pelo menos local; quando comitês de greve democraticamente eleitos se apoiam em assembleias gerais de grevistas são constituídas não apenas numa empresa mas em todas as empresas da cidade (e com mais razão da região, do país); quando esses comitês se federalizam e se centralizam criando um órgão que reúne regularmente seus delegados, então nascem os **conselhos operários territoriais**, célula de base do futuro Estado operário.

Ir até o fundo das coisas

Toda greve ampla, longa e combativa contém em germe a criação de tal poder de contestação ao poder do Capital, mas é necessário muitas coisas para que esse germe se desenvolva. Sejam mais precisos: normalmente ele não se desenvolve. É que entre uma contestação potencial do regime capitalista e seu questionamento efetivo, não existe apenas uma diferença de grau, de amplitude do movimento, de número de grevistas, de impacto da greve sobre a economia capitalista nacional etc. O que separa uma de outra é o nível de consciência determinado dos trabalhadores. Sem uma série de decisões conscientes, nenhuma greve pode colocar em questão o regime. É necessário todo um complexo de condições favoráveis que permitam à consciência de classe do proletariado conhecer uma brusca mutação e dar o grande salto para frente. Essas condições capazes de criar situações pré-revolucionárias são bem conhecidas: crise objetiva do modo de produção; crise do poder de Estado e das principais esferas da super-estruturas; conflitos e vacilações no interior da classe dominante e do governo; descontentamento massivo entre as camadas médias da população, longa acumulação de descontentamento e aspirações não satisfeitas na classe operária; confiança crescente

dos trabalhadores em suas próprias forças e, portanto, combatividade crescente de sua parte, o que modifica as relações de força sociais em seu favor às expensas da classe dominante; enfrentamentos prévios sem derrotas, numa série de casos; consolidação e fortalecimento de uma vanguarda. (que, nesta etapa não tem necessariamente de assumir a forma de um partido revolucionário com influência no seio das massas).

Quando a maior parte dessas condições está presente uma circunstância qualquer pode bruscamente provocar a explosão. As greves, ao invés de se limitar a formas tradicionais profissionais, são conduzidas ao limite de uma dualidade de poderes. Que esse limite seja ultrapassado ou não depende essencialmente da consciência dos operários de vanguarda (ela própria função de uma série de fatores). Assim foi na Rússia de 1905 e na Espanha de 1936; mas limite não foi ultrapassado na Itália, em 1948, e na França em 1968.

No entanto ao contrário do que a ideologia burguesa constantemente quer fazer crer, a vanguarda não pode "provocar" situações pré-revolucionárias e menos ainda "revoluções". Mesmo os trabalhadores que compreenderam pelo estudo e pela reflexão,

por sua capacidade de tirar conclusões gerais das experiências parciais de luta que as relações mercantis capitalistas não são de modo algum "evidentes" e "naturais" e que podem ser substituídas por relações de produção superiores, mesmos eles são obrigados, na prática de todos os dias, a tolerar, a sofrer e a reproduzir as relações capitalistas, se não quiserem se condenar a viver à margem da sociedade.

É apenas momentos relativamente raros, onde as condições anteriores estão presentes, que as massas buscam instintivamente modificar o fundo das coisas, isto é, a estrutura da sociedade, o modo de produção. É quando elas percebem a enorme força coletiva que representam não apenas por seu número e coesão mas sobretudo quando estão sózinhos nas fábricas, quando o poder econômico de fato está sob sua direção. É então, que o que está potencialmente presente em cada greve ampla e combativa se afirma de um momento para outro, de maneira consciente.

Extratos da introdução do livro: "Controlé ouvrier, conseils ouvriers, autogestion". (Controlé operário, conselhos operários, autogestão) - Ed. François Maspero, 1970.



Madri, janeiro de 1977: uma greve de operários metalúrgicos em protesto contra o fuzilamento de cinco militantes operários pela polícia.

JOAQUIM, O JUDAS METALÚRGICO.

Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo há nada menos que 14 anos, entregou novamente o ouro pros bandidos, ao forçar ditatorialmente um acordo com os patrões na campanha salarial de 1978, contra a vontade manifestada claramente por uma assembléia de 30 mil metalúrgicos, a maior da história do sindicato. Aqui, toda a trama, minuciosamente relatada pelos nossos repórteres.



Nas negociações diretas da campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos de 1978, os patrões adotaram a tática de tentar anular as conquistas salariais do movimento grevista vitorioso de maio e junho, quando quase 120 mil metalúrgicos de 132 indústrias arrancaram com o silêncio das máquinas aumentos e antecipações que variaram de 8 a 20%.

Nas reuniões realizadas na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, os empresários afirmaram decididamente aos sindicatos e comissões de salários que não pretendem dar aumentos reais àqueles operários que participaram das greves anteriores, ou seja, o setor mais mobilizado e organizado da categoria.

Para implementar essa tática, o patronato valeu-se de dois poderosos aliados. Em primeiro lugar, o governo, através do Tribunal Regional do Trabalho, que só entrou nos momentos finais da campanha salarial, publicamente, para ratificar o acordo proposto pelos patrões, de aumento de 58% para quem ganha até três salários mínimos, 54% para quem ganha de 3 a 6 salários mínimos, e 50% para quem percebe de 6 a 9. Isso considerando-se que o índice de reajuste que seria dado obrigatoriamente é de 43% para o mês de novembro, fixado pelo governo.

O segundo grande aliado dos patrões, foi mais uma vez o Joaquim dos Santos Andrade, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que bateu todos os recordes de traição dos interesses dos metalúrgicos, ao tram e executar ditatorialmente uma manobra para desmobilizar a greve dos 250 mil trabalhadores. Um verdadeiro Judas metalúrgico, como é relatado minuciosamente a seguir.

A Assembléia dos 30 mil

Da Praça da Sé ouvia-se o coro das exclamações gritadas pelos trinta mil trabalhadores que se comprimiam em duzentos metros da Rua do Carmo, em frente ao Sindicato, na noite de terça-feira, dia 31, bem no centro da capital.

"Greve! Greve! Setenta! Setenta!", era a vontade geral claramente manifestada pelos operários. Através das faixas, as reivindicações principais dos metalúrgicos, como as "comissões de fábrica" e o aumento de "70 por cento ou greve", eram levantadas.

"Olé, olé, os metalúrgicos tão botando prá quebrar", entoava a marcha. Dada a notícia de um companheiro preso, a resposta da categoria foi imediata: "Solta! Solta! Queremos liberdade!".

Do alto de uma janela, foi improvisada a "mesa" dos trabalhos. Oradores se sucediam, os olhares convergiam para aquele ponto, de onde partia um potente sistema de som e iluminação bem forte. Aguardava-se tensamente a chegada de membros da diretoria do sindicato, junto com representantes da Comissão de Salário. Eles haviam se dirigido no começo da tarde à Federação das Indústrias de São Paulo, Fiesp,

para nova tentativa de negociação com os patrões. Lá foram interrompidos todos no meio da tarde com uma convocação do Tribunal Regional do Trabalho, que lhes apresentou uma proposta de "conciliação": 43% de aumento salarial, isto é, o índice fixado pelo governo, descontados os aumentos concedidos durante as greves do meio do ano. A ousadia do governo, através do Tribunal foi tanta, que um empresário chegou a dar uma gargalhada neste momento. Terminado o encontro no Tribunal Regional do Trabalho, empregados e patrões continuaram as tentativas de negociação direta, e o resultado era aguardado então pela assembléia.

Joaquim bota as mangas de fora

Desta vez, Joaquim subiu na janela, pegou o microfone e foi aplaudido, ao contrário da última assembléia, de sexta-feira, quando só recebeu vaias.

Ele voltava da reunião com os patrões, na qual os representantes dos trabalhadores das três cidades, receberam uma nova contra-proposta. Joaquim tentava pausadamente explicar, mas era interrompido pelo coro de "queremos setenta", e "mixaria, não", pronunciado pela massa que erguia os braços e apresentava os cinco dedos da mão direita, somados aos outros dois da esquerda, numa referência à reivindicação dos metalúrgicos.

Na contra-proposta patronal haveria desconto das conquistas salariais das greves de maio e junho. Além disso, piso salarial de Cr\$ 2.520, bem longe dos três salários mínimos reivindicados, e uma antecipação de 16% no ano que vem. Os empresários rejeitaram a estabilidade das comissões de fábrica. Cada proposta apresentada, a grande assembléia já ia rejeitando pelas vaias.

Mas Joaquim parece não ter ficado contente com a decidida manifestação dos 30 mil presentes. E anunciou que no dia seguinte, na manhã de quarta-feira, faria uma votação com cédulas sobre o assunto, o chamado escrutínio secreto, ao qual os metalúrgicos deveriam comparecer ao sindicato para votar.

A partir daí, a assembléia entrou nos seus momentos decisivos e mais esquentados. A Oposição Sindical contestou Joaquim dos Santos Andrade, que mais uma vez botava as mangas de fora para fora, tentando manobrar. Eis um resumo do diálogo, transcrito do gravador (todos os oradores são membros da Oposição Sindical, exceto, é claro, Joaquim e José Maria):

"Aço, Aço, Aço, Aqui, não tem palhaço!"

Bira: Atenção, atenção companheiros, vocês querem a votação agora ou amanhã?

Assembléia (em coro) Agora!
Clóvis: Eu queria perguntar ao Joaquim, se essa assembléia autorizou que a votação fosse feita amanhã?

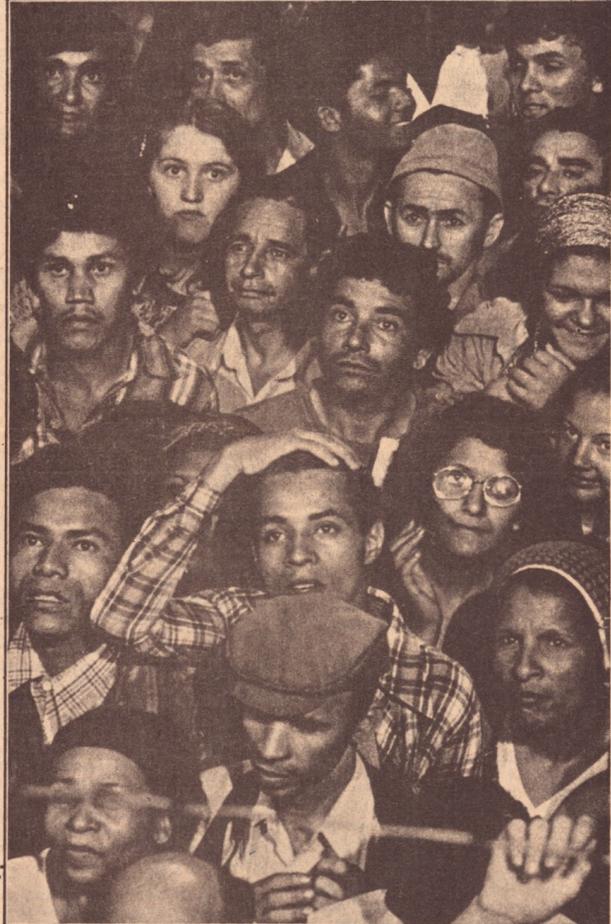
Assembléia (em coro): Não!

Clóvis: Nesse sentido só nos resta deflagrar a continuidade desta greve, já, companheiros! Gritos e aplausos fortes da assembléia.

Vito: (irônico) Recebemos aqui uma bela aula de democracia, pois toda proposta tem que ser aprovada pela assembléia. Em todas as assembléias, todos tem direito de fazer propostas. Eu faço uma agora, que se ponha em votação democraticamente: exijo, agora votação!

Assembléia (em coro): "Queremos votação! Queremos votação!"

Joaquim (com dificuldade para falar pois recebe vaias furiosas a decisão da votação amanhã é uma decisão da diretoria e nós assumimos a responsabilidade, pois temos que apresentar ao Tribunal do Trabalho uma proposta à proposta que nos foi feita.
José Maria Vicentino (da diretoria



A assembléia dos 30 mil (Fotos de Ennio Bravns).

resultado geral da votação. Desta vez, já que o pleito não teve nenhuma fiscalização, o fato poderia ter se repetido com muito mais facilidade. Não é por acaso que os primeiros trabalhadores a votar, logo que o sindicato se abriu, na manhã de quarta-feira, estranhassem já estar as urnas quase cheias de votos.

Mesmo no aspecto legal, o processo de votação adotado reveste-se de irregularidade. A lei determina expressamente que todos os trabalhadores da categoria participem das campanhas salariais, sem qualquer restrição aos não sindicalizados. Uma determinação lógica, pois os reajustes salariais, decididos através de acordos ou de sentenças do Tribunal, estendem-se a todos os integrantes do setor profissional, legalmente representados pelo sindicato.

Assim, o resultado daquela votação estaria sujeito a ser anulado mediante uma representação judicial, uma vez que a maioria dos interessados (a

categoria é composta de 350 mil metalúrgicos, dos quais apenas 60 mil são sindicalizados) foi impedida de votar.

Perfil do pelego

Joaquim dos Santos Andrade é o braço forte do Sistema Político na área sindical. Começou como interventor no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos em 1964, e ajudou o governo em sua tarefa de alijar o movimento operário os velhos líderes. Muitos foram "dedados" à polícia; outros simplesmente excluídos do quadro associativo da entidade.

Antes de assumir a direção do seu sindicato, já na qualidade de presidente eleito, Joaquim orientou o interventor oficial (funcionário do Ministério do Trabalho) na elaboração de um relatório de pessoas inconvenientes à "Revolução". Nesse relatório

do Sindicato): As manifestações aqui são somente no miolo, dos lados não dá para confirmar qual é a opinião? Amanhã todos trabalhadores tem o direito de votar conscientemente. Aquele que estiver favorável vota conforme seu desejo e não por influência de um grupinho de pessoas. (vaias).

Cleodon: Vamos fazer o teste para desmascarar isto. O pessoal deste lado levanta a mão se está ouvindo. (à direita, centenas de braços se erguem e a operação se repete para o lado esquerdo, afirmativamente). Eu agora vou entregar o microfone para o Joaquim para ver se ele põe em votação ou não. (A assembléia insiste: "setenta! setenta!")

Joaquim: (agressivo): "é prerrogativa e obrigação de uma diretoria encaminhar formas de votação, e ela será por escrutínio secreto. Ponto pacífico, tem que votar aqui, não vou na votação de oba-oba não moço!"

Assembléia (em coro retruca): O, sindicato é nosso! o sindicato é nosso!.

Joaquim: O sindicato não é meu, nem é do Zé Maria, e nem do Cleodon, nem de ninguém. É da categoria. A greve continua e os companheiros tem obrigação de continuar em greve amanhã.

Assembléia (em coro, rebate): "Aço, aço, aço! aqui não tem palhaço!"
Joaquim: "Ninguém está dizendo que vocês são palhaços, eu não disse isso".

Flores: Para evitar que amanhã digam que foi meia dúzia de badrneiros que veio aqui para votar a greve, amanhã todo mundo vem aqui para votar, às sete da manhã! (Gritos e aplausos favoráveis da massa).

Democracia operária X fraude

Joaquim encerra a assembléia, novamente debaixo de vaias, quando já começava a receber bolas grandes de papel atiradas lá debaixo, e ao saber que dezenas de metalúrgicos forçavam a porta de entrada do sindicato, então fechada.

Diante da imposição ditatorial do pelego Joaquim, não restou aos trabalhadores buscarem sua própria forma de organização. Uma segunda assembléia, com mais de mil metalúrgicos que subiram para o auditório do segundo andar do Sindicato, começou então: "agora está instalada a verdadeira democracia operária. Lá, aprovou-se depois de vários discursos, por maioria, a participação na votação (escrutínio secreto de quarta-feira. Todos os participantes da assembléia assumiram o compromisso de trazerem o maior número possível de operários para a votação. Pois, como ressaltou um dos membros da Oposição Sindical, já escalada com os processos eleitorais anteriores, "todos sabem que as urnas do Joaquim não tem fundos"...

Entretanto, embora Joaquim tivesse garantido para a assembléia com todas as letras que todos metalúrgicos vota-

rio constavam as biografias de 2.800 metalúrgicos. Todos eles estigmatizados como subversivos.

Joaquim ficou famoso pela forma com que sempre conseguiu neutralizar as ofensivas da oposição sindical. Ainda no ano de 1964, coube a ele "testar" a primeira lei antigreve (a de número 4.330, ainda inserida na legislação em vigor), com o fim de mostrar aos trabalhadores o lado "positivo" do primeiro diploma legal abortado pela nova ordem política. De comum acordo com as autoridades, obteve-se um dia de greve no setor, usando-se essa lei na campanha salarial da categoria. Mas foi a primeira e última vez que a 4.330 possibilitou a greve por reajustamento dos salários. Nunca mais pôde ser utilizada para tal finalidade.

Entretanto, suas proezas, como pelego hábil e esperto, vão muito mais longe. Na época da pior repressão ao movimento operário e às demais camadas da sociedade, era ele quem tachava o regime de ditadura, passando de herói diante de assembléias de trabalhadores fortemente vigiadas pela polícia. Mas só falava em recinto fechado, sem nunca repetir seu pensamento em porta de fábrica. Nem levava à prática as resoluções tomadas nas assembléias. Com isso conseguiu desarmar as oposições, impedindo-as de liderar os trabalhadores descontentes.

riam no escrutínio secreto (os associados com a carteira de sócio, os não associados com a carteira profissional), manhã de quarta-feira o maior pelego da América Latina consumou sua traição, sem choro nem vela.

A segunda grande fraude eleitoral de Joaquim teve o primeiro lance às 8 h da manhã, quando o Sindicato abriu as portas e proibiu o acesso à votação dos operários não sindicalizados. Joaquim contrariava o que ele mesmo prometera para 30 mil metalúrgicos, com o testemunho um batalhão de 50 repórteres, fotógrafos, cinegrafistas e gravadores. A grande maioria dos presentes na rua do Carmo ficaram mais uma vez do lado de fora, embora fossem grevistas como os outros que puderam entrar. Os líderes de chácara de Joaquim, que nas eleições de julho espantaram os membros da chapa 2 e 3, plantaram-se na entrada ameaçadores e faziam o pente fino, ajudados por um forte aparato repressivo da polícia militar, que cercou as redondezas com viaturas e impediu a entrada dos metalúrgicos. A diretoria do Sindicato alegou que a repressão policial era por conta das empresas...

Dessa maneira, 6.612 metalúrgicos tiveram acesso às urnas, de acordo com os números da apuração final. Na noite do dia anterior, 30 mil metalúrgicos foram paradoxalmente, considerados um "grupinho". A cédula do Joaquim era o segundo lance da farsa. Havia duas opções: "58%" e "greve". Ora, a proposta patronal não era de 58% e todo mundo sabia disso, principalmente o Joaquim. Os empresários propuseram este índice para operários que não fizeram greves no meio do ano, exatamente aqueles que estavam menos organizados nas fábricas e revelando disposição de luta. Os outros não receberiam nada de aumento real (apenas o reajuste tradicional de 43% do governo) ou receberiam muito pouco, isto é, a conquista das paralisações anteriores seriam anuladas e descontadas.

Resultado da votação: 4.545 votos a favor da proposta patronal e 1.976 votos a favor da greve, 13 brancos e 78 nulos. No transcorrer da votação, os truques de sempre do Joaquim vieram facilmente à tona. A mesa não tinha o menor controle ao menos de quantos entraram para votar, e segundo os presentes, qualquer um preenchia as cédulas de votação, além dos elementos que preenchiam várias cédulas, sucessivamente. Um autêntico cambalacho, considerado por Joaquim em entrevista à imprensa como uma votação "tranquila e serena, não houve sequer um acidente".

Quem conseguiu resumir a história toda foi um metalúrgico da Zona Leste, que disse a este semanário: "trezentos mil metalúrgicos tem dois homens comandando e decidindo tudo - o pelego Joaquim e o patrão Alberto Villares", este último foi quem dirigiu as várias reuniões da negociação direta na Fiesp...

Cobertura da greve: Terezinha Vicente Ferreira, Samira Zaidan, Carlos Savério, Sebastião Santos e Flaminio Fantini (coordenação e texto final).

Traição, um perfil do pelego.

Antonio Carlos Felix Nunes

Mais uma vez, Joaquim dos Santos Andrade, presidente do maior sindicato operário da América Latina, logrou manobrar, impingindo à massa trabalhadora um acordo salarial que não passaria pela decisão livre e democrática de uma assembléia da categoria. Com a ressalva que, desta feita, ao sentir escapar-lhe o controle da campanha reivindicatória, substituiu sua conhecida habilidade verbal por atos autoritários, pondo à mostra sua verdadeira face.

Eis o fato novo dessa movimentação salarial dos metalúrgicos paulistas: o pelego venceu um grande round, atendendo aos interesses dos patrões e do governo, mas desmascarou-se. Basta verificar que, após a realização da grande assembléia (uma das maiores até hoje realizadas pela categoria) de terça-feira última, não mais teve coragem de dirigir-se aos trabalhadores em greve. Entregou o controle do sindicato à polícia e desapareceu.

Acordo da traição

O acordo salarial estabelecido com os patrões, além de não representar nenhum aumento real à categoria, ainda consagra uma violência ao princípio da organização operária. Referimo-nos ao seu item 17, pelo qual os metalúrgicos ficam proibidos de fazer outra greve até novembro de 1979. Ao concordar com essa cláusula, Joaquim assinou, em coro com os

patrões, uma condenação a todos os movimentos grevistas. Uma atitude de traição, evidentemente, à classe que legalmente representa.

No mais, o acordo foi uma pura tapeação. Pois, em matéria de benefícios econômicos, não representa nada além daquilo que o governo e o Tribunal já vinham concedendo nos dissídios coletivos. Ou seja: os metalúrgicos só terão, efetivamente, reajuste de 43% (o índice do governo) e mais aquelas vantagens previstas na legislação ou decorrentes da jurisprudência firmado pelo Tribunal no transcurso dos seus julgamentos. Isto porque todos os aumentos conseguidos pela categoria durante o ano, inclusive os conquistados com as greves de maio e junho, serão compensados pelos patrões, restando como reajuste efetivo, a ser pago a partir deste mês, apenas o fator oficial (43%), já decreto pelo presidente da República.

Dessa forma, o pomposo e atraente número 58% (colocado na cédula para votação do encerramento da greve) foi apenas enganador, com o objetivo de favorecer os desígnios da diretoria pelega do Sindicato. Quem votou pela aceitação da proposta patronal, vendo somente esse percentual, por certo não estava consciente do seu real significado.

Os líderes da oposição da classe não descartam ainda a possibilidade de fraude na votação. Afinal, tiveram um exemplo disso nas eleições para renovação da diretoria da entidade, quando o próprio governo, através de sua procuradoria, admitiu irregularidade em várias urnas, impugnando o

Eis o perfil de Joaquim dos Santos Andrade. Como se vê, ele é um fiel executor da ordem política implantada há 14 anos, garantindo ao governo domínio de um setor operário considerado de vital importância para o movimento sindical brasileiro.



Entre nessa festa

Maria Rita Kehl

Dancin' Days.

novela das 8



que país é este



Há muitas trilhas possíveis para leituras em uma telenovela, mesmo que corram mais ou menos na mesma direção. Na faixa das 20 horas da Globo, a polivalência das novelas alcança seu ponto máximo: este é provavelmente o horário que atinge o maior número e a maior diversidade - em termos de faixa etária, sexo, classe social etc. - de espectadores. Um enredo como o de Dancin' Days precisa estar preparado para jogar pontas de todos os lados, criando interesse e motivos de cumplicidade para com grupos dominantes e minoritários, avançados e conservadores, dos grandes centros ou do interior. Tem que dissolver sua especificação de classe, de temática, de ambientação, em uma tentativa "universalizante" conferindo um caráter vago e genérico a cada personagem, proposta ou situação criada. De modo a misturar todos os elementos numa espécie de programa mínimo onde qualquer habitante da aldeia global encontre motivos de identificação.

Não é fácil. Mas a estrutura da telenovela possibilita muita coisa. Pelo fato de ser cotidiana e se desenrolar em ritmo semelhante ao da vida, a novela não condensa (o que se poderia esperar da relação de uma obra de arte com a realidade) - dilui. O que lhe permite transar com todas as possibilidades do esquecimento. O que lhe permite uma dose máxima de oportunismo nas soluções dos problemas que ela mesma propõe. Tal e qual (não houve um tempo em que nós, críticos, pedíamos "mais realismo" pois é); na vida real. Por exemplo: no início da novela, Júlia (Sonia Braga) estava recém-saída da prisão, desentrosada em relação ao seu grupo de convivência, sem dinheiro, desempregada e mal cuidada pela vida. Júlia de certa forma sintetizava um problema social. Pois bem, esqueçam. Ela também se esqueceu. Hoje é rica, bonita e gostosa como sempre em se tratando de Sonia Braga, pé quente e cabeça fria. Tudo porque articulou um improvável casamento milionário, tomou um "banho de Europa" e aprendeu a descontar seus antigos complexos de inferioridade através de muita sofisticação, muita frescura e altos embalos.



A "virada" de Júlia certamente será anulada até o final da novela por uma contra-ordem: auto-crítica, bom-senso, volta à moderação e felicidade para sempre ao lado de Cacá (Antonio Fagundes), seu verdadeiro amor que de acordo com o esquema das novelas, é aquele capaz de resgatar as pessoas de toda e qualquer baixaria. Mas tudo isso não significa que Júlia seja uma personagem contraditória e proponha ao público uma problemática dinâmica, viva. Pelo contrário, em cada movimento de negação de si mesma, Júlia não carrega nenhum traço de sua situação anterior. Não há conflito. A estrutura psicológica da personagem é construída (para usar uma das palavras de ordem lançadas pela ditadura) de maneira totalmente casuística (como se pode notar, as palavras

de ordem de uma ditadura alcançam repercussões insuspeitadas). Ela se transforma no que for necessário, para poder sair ileso e sem confrontações com a ordem estabelecida, das encrucas que o roteirista da novela inventou para atrair o interesse de seu público.

Abertura dá IBOPE?

Poderíamos tentar interpretar as coisas assim: o roteirista deseja - ou precisa, por motivos de Ibope - (afinal, um certo arejamento político de uns tempos para cá contribuiu para deixar as pessoas mais exigentes, menos dóceis e mais ligadas em refletir sobre a realidade) temperar a novela com uma série de temas e problemas atuais. E joga aí pitadas de gente sem emprego e ou sem dinheiro, uma certa dose de luta de gerações, um ou outro representante de idéias consideradas "de vanguarda" e alguns sinais de fumaça a indicar o que se poderia chamar de luta de classes. Mas nem a barra policial está tão leve assim, nem a televisão deixou de ser um monopólio de classe. Então, uma vez conquistadas todas as fatias possíveis do público, trata-se de tentar prudentemente esvaziar ao máximo todo o material explosivo colocado na tela para que o final da novela (e o que fica, afinal, não é o final? perdão leitores) se dê num clima de máxima harmonia a ausência de conflitos, uma espécie de noite de Natal na ONU (aliás, O Astro chegou dar um pulo de seis meses para poder situar o último capítulo literalmente num Natal, à maneira de certos desenhos animados românticos de Walt Disney). Dancin' Days, a cerca de três meses e meio a partir de seu início, parece já ter ingressado no que eu chamaria de fase de esvaziamento - o que não impede que até o último capítulo a trama amorosa se complique e os desencontros se agucem, muitas vezes sob pretextos completamente artificiais quando já não faz mais sentido um novo desentendimento e ele só se justifica pela burrice incondicional dos amantes. É que amor de telenovela não é cego: é burro mesmo. De acordo com a ideologia fatalista da Indústria Cultural, o verdadeiro amor sobrevive à inteligência e à lucidez. Só os maus planejam suas conquistas - os puros devem se deixar levar pela emotividade crua dirigida para a única conquista possível: o casamento.



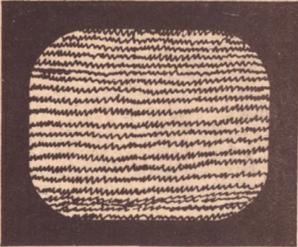
Bem, Júlia, refeita da pobreza e da marginalidade pelo contacto com a fortuna de seu noivo-tático, tem pela frente outra "etapa": sair da crise de piranhice em que se encontra e purificar-se na vivência de um grande amor. Resolver um problema de cada vez, isoladamente (já que os fins justificam os meios...) é o mais sensato: transar as coisas na sua totalidade sempre resulta em radicalismo. Além do que, a novela está enfrentando o

período dos nivelamentos sociais para que depois - e só depois - as pessoas se casem em paz. Por enquanto, trata-se de fazer com que o dinheiro das personagens burguesas - Franklin, Horácio e Ubirajara, aliás autênticos espécimes da burguesia nacional - contamine a vida da classe média desendinheirada - seu Alberico, Carminha, Joffre, Júlia e outros. Felizmente essa novela não tentou sair da Zona Sul - sorry, periferia.



O doce encontro positivo

A maneira como personagens "ricos e pobres" são situados na novela não faz com que resulte da interação qualquer idéia de antagonismo ou conflito de interesses, mas sim uma perspectiva de nivelamento gradual, por um estranho processo de entropia das relações sociais. Os pobres vão subindo de nível ao contacto com os ricos, e estes levam em troca doses proporcionais de espontaneidade, alegria de viver, autenticidade e otimismo, por incrível que pareça atribuídos à pequena burguesia. O saldo desse doce encontro é evidentemente positivo para ambos os lados: quem é vivo gosta de levar vantagem em tudo, certo?



Há outro tipo de personagem-esvaziado na novela: os que se transformam em caricaturas de si mesmos, substituindo as contradições que viviam de início por uma estrutura de personalidade linear em que algumas características se anulam enquanto outras ganham força total. É o caso (por exemplo) de Iolanda (Joana Fomm) que começou oscilante entre sentimentos de solidariedade à irmã e seus preconceitos em relação a ela, entre o amor à filha e um autoritarismo neurastênico, entre posições liberais e atitudes de supermãe retrógrada. Agora ela é simplesmente egoísta, malvada, possessiva e reacionária - personagem ideal para capitalizar os preconceitos e descontentamentos do espectador e ser condenada à infelicidade no final. A menos que (como aconteceu com a Cleo - Tereza Raquel - n'O Astro) em se tratando afinal de uma senhora mãe, Iolanda revele a outra face de sua maldade nas últimas cenas tornando-se dócil e generosa num passe de mágica; ou melhor - numa puxada de saco.



Mas acidentes acontecem. E no meio dessa galeria de "artifícios realistas" as vezes emerge alguma situação que pode ser levada um pouco mais a fundo - sem necessidade de um aborto prematuro. No caso, o problema da filha de Júlia começou a se tornar crítico, ou seja: a tomar dimensões e uma complexidade que ameaçam colocar em crise as soluções mais cómodas e os caminhos mais fáceis para seu desenlace. A situação de Marisa, sustentando um casamento e uma maternidade que assumiu sem ter idéia do que se tratava, confusa diante da imagem de uma mãe que representa tudo o que ela, cocotinha-café-society, mais rejeita, chegou num ponto em que o próprio sistema de felicidade que seus pais armaram para o casalzinho parece em vésperas de superação - mesmo que a perspectiva de superação não venha a ser apresentada pela novela. O público é levado a pensar que, sem enfrentar certas barras da vida, Marisa não terá muitas chances de crescer. A noção de crise é encarada como necessidade da vida e não como acidente desagradável a ser evitado por todos os meios. Mas é preciso considerar também que provavelmente a palavra crescer, em vocabulário novelês, significa assumir (no caso de Marisa) seu papel de esposa e mãe, e ingressar como adulta no curso da vida "normal" que ela por enquanto gostaria de poder evitar. Dessa forma, a novela dá uma volta completa e termina no ponto de origem; a crise cumpre então o papel de legitimar o estabelecido, cuja inevitabilidade se fortalece depois de posta em cheque e reafirmada.

A confusão está em ordem



Entretanto, tudo isso que acontece através da televisão mais ou menos no mesmo ritmo do nosso dia a dia, é muito parecido com a maneira com que as coisas se apresentam (e nos confundem), com a maneira com que as pessoas tentam resolver seus problemas com o melhor sofrimento possível (frequentemente de forma superficial e provisória), na vida real. Então, a telenovela não estaria sendo a mais honesta das produções da indústria da diversão?

Eu não diria honesta - mas cínica. Ela se apropria da aparência das coisas ao mesmo tempo em que esvazia as relações entre elas e aborta suas possíveis consequên-

cias na história, congelando o tempo em um determinado momento harmonioso para que o precário equilíbrio conquistado pareça ser eterno (o que foi superado por exemplo no último capítulo do Bofe em 73 e do Pulo do Gato recentemente, mas é que a novela das 22 horas é papo para elites). Ela apresenta ao público maravilhado com a perfeição da técnica mimetista conquistada pela emissora, um mosaico de aparências perfeitas composto de maneira a que seja impossível fazer emergir dele qualquer conclusão sobre este determinado estado de coisas. Qualquer dúvida. Qualquer confusão.

O mundo, que a novela desequilibra e torna a reequilibrar tal e qual, está em perfeita ordem portanto. Dessa forma o "realismo" na novela trabalha a serviço de confirmar um determinado estado de coisas, e não de expô-lo à reflexão e à dúvida. Ele conduz a que se constate "como a vida é", a partir da apresentação de suas evidências sem oferecer elementos que possibilitem a decifração ou a subversão do equilíbrio aparente dessa realidade aparentemente natural, a-histórica. E ficamos à espera do alívio final, estupidificados diante dos fatos que nos são apresentados como pontopacifico, procurando saídas dentro de uma ordem que tudo nos leva a crer, permanece invariável.



Este é o nosso cartão de visitas, o nosso balão de ensaio, do que quer vir a ser o suplemento mensal de cultura do jornal EM TEMPO.

Não vamos prometer mundos e fundos. Só um jornalismo criterioso, atual, arejado, amplo, com o alvo de combater o obscurantismo institucionalizado, a massificação planejada, e com a certeza de que só se é eficaz nisso se não se usarem antolhos.

Começamos com 4 páginas. Pensamos chegar em 8, num suplemento que de fato se destaque do todo do jornal. Na imprensa "alternativa" as coisas têm que andar de modo lento e gradual já que tudo é caro, o tempo é escasso e a segurança está sempre de olho.

6 de novembro de 1978

Flavio Aguiar (coordenador)
Antonio R. Espinoza
Guido Mantega
Maria Moraes
Maria Rita Kehl
Sueli Nascimento
Valdeez Amorim

em tempo de cultura-1

Literatura em carne e osso



"Sabor de Química" Vertente Editora, 1977; "Ciriaco Martins e Outras Histórias" (Alfa-Omega, 1977). E agora "Crônicas da Vida Operária" (Global-Versus), finalista do prêmio Casa das Américas em 1978, em Cuba. Três livros de Roniwalter Jatobá:

Valdevez Amorim

Elementos (críticos) do bom senso podem se transformar em consciência de classe? Pode-se admitir que o nordestino operário em São Paulo esteja sendo bloqueado em sua concepção própria do mundo, dada a atração do canto de sereia da ascensão social na magalópole?

Partindo da idéia de que a consciência de classe não é projeto acabado, tijolo formado pronto para ser incluído na feitura de homem-bloco, a resposta à primeira pergunta é sim. A consciência de classe é um processo, onde as condições de trabalho e vida têm peso determinante. Ela -consciência- vai se formando na rotina de relações dentro da fábrica, debaixo do nariz do patrão, no vai-vém dos transportes atrasados, superlotados, na frente da TV de Sílvio Santos, no ouvido calado ao "sertanejo" Zé Bétio.

Tal idéia, é óbvio, supõe a existência de elementos contraditórios que agitam e se entrecrocaram na cabeça do sujeito, sem excluir, contudo, a força da ideologia dominante no interior da classe trabalhadora. Enfim, a medida da força nova, da consciência dominante (ou anticônciência dominante) só pode dar as caras plenamente em fases de relativa explosão da luta de classe, revelando o conteúdo e a qualidade do que lhe é próprio, através da descoberta de formas novas de organização e expressão. Fora daí, a anticônciência poderá mesmo se camuflar, se conter, mas há sempre uma ponta dela embutida no bom senso do trabalhador frente à vida e ao trabalho (1).

Aí, nesse ambiente contraditório - mas uma vez - é que é possível tentar compreender a questão do nordestino, operário-migrante, que de repente se vê jogado em meio aos fulminantes anúncios luminosos da grande cidade, como São Paulo. Se, em conversa com ele, o interlocutor não ficar na aparência de suas repostas simples e diretas ("...gosto daqui porque lá a miséria é maior") - descobrirá na sua percepção do mundo, por certo, agudos lances de consciência crítica (2).

Encruzilhadas

Os contos de Roniwalter Jatobá apresentam-nos os migrantes em carne e osso. Nada de mito. Nada de falsa "vanguarda". Lendo os trabalhos do autor, a gente sente os seus nordestinos se colocarem perante o trabalho, o dinheiro, os companheiros do batente e da briga. Isso: a literatura de Jatobá aponta encruzilhadas, caminhos e des-caminhos, que, se percorridos, nem sempre dão num ponto de luz. Sua linguagem direta, nua, sem rebuscamentos, contudo não perde, antes capta o que há de mais belo na fala do homem simples.

"Preparo o bote de cair com passos firmes na avenida molhada..."

"Homem Natanael, onde andou teu sonho? Sei que andou andou. Ferreiro, prensista, Homem Natanael, onde andou tua vida? Desandou desandou".

Dos trabalhadores de Roniwalter não se pode dizer que sejam homens-mitos: ideal-tipo de trabalhador consciente de toda exploração e opressão. Também de cabe-lhes a pecha da "alienação política". Assim, o crítico viciado na postura do realismo socialista tenderá a se desnortear ante suas obras. Virtude do autor, aliás.

Os trabalhadores de "Crônicas da Vida Operária" compõem a realidade de um grupo social em continua formação, permeado de aspectos subjetivos, de confusas contradições culturais, onde os valores das classes dominantes são interiorizados, mas não em absoluto, na medida em que explodem aqui e ali as reações ao despotismo destas classes. São personagens ora tímidos, ora falantes, opinando pela declaração ou pelo silêncio.

Conformados: "Gosto daqui muito. O trabalho é corrido, é. Mas lá onde a gente morava é só miséria, aqui é mesmo que tá dentro do céu".

Ou inconformados: "A linha final da montagem corria, o trabalho febril, ligeiro, sem tempo nem pra pensar nos problemas, corrido, se alguém queria ir no banheiro levantava o dedo, gritava ao feitor pedindo, num olhar do feitor já vinha outro substituir, esse outro

chegava, tomava o lugar, o que tinha pedido saía correndo pra o banheiro, corria entre as máquinas, tropeçando, descia as escadas, lá fumava um cigarro enquanto mijava, o feitor lá em cima de olho grudado no relógio, terminava de mijar, acabava de fumar, falava um pouco do serviço de louco, voz baixinha pois o feitor ainda permanecia, voltava no rastro e assumia o seu posto".

Tais condições de trabalho e vida se reproduzem fora dos muros da fábrica, se refletem no padrão de vida reservado aos operários na sociedade capitalista brasileira. Revelam os limites a que estão sujeitos pelo tipo de habitação ou bairro, pelo nível do aluguel da moradia, pela qualidade dos transportes, pelo tipo de lazer (3). Isso tudo entra forte na produção de Roniwalter.

Coisa nova

Sem mais, deixemos falar alguns migrante:

"1954 - Comprei um terreno no Jardim Helena. No passar do ano fiz em oito domingos seguidos um quarto e uma cozinha, fiz moradia desse começo de casa."

"Imagino o último trem chegando, freando, a parada pouca na estação e ele ligeiro partir, o último da noite, e eu depois voltar por cima do rastro e saindo na avenida de volta, aflito, procurando um maldito ônibus que nessa hora já sumiu, que me deixaria perto de casa se existisse, não!"

"...o ônibus da empresa rumo a São Bernardo, dentro só comentários do domingo, da comida melhor, do dia inteiro passado em casa, sem disposição para nada, do Sílvio Santos do meio dia até oito da noite na televisão, (...) comendo macarronada em frente à televisão, a preguiça até de mudar de estação, e a loteria esportiva, um sonho tão distante, as discussões e torcida que na próxima semana, enfim, acertaria."

Haveria muito mais que realçar na produção de Roniwalter. A forma literária, a técnica da estrutura narrativa, se analisados com maior rigor, podem sugerir incorreções. No entanto, agora a indumentária colorida, sua obra con-

tém um fio estrutural extremamente relevante, que é um pouco da biografia ideológica dessa gente migrante, contada e cantada numa linguagem que é mais do personagem que do escritor. Roniwalter trata da dureza da vida-trabalho, mas ao leitor não fica um sabor amargo do personagem derrotado, derrotista; fica esperança de coisa nova que a solidariedade grupal poderá forjar.

"Na cheia dele (o trem) vou escutando a quebra do silêncio pelas vozes dos homens ali dentro, vindo as vistas sonadas corregadas de tristeza, no rosto do povo estampado uma esperança, por ora fraca, minguada (...) Alguns reclamando, pouco, muito, em volta, ai, não dá pra perder a fé e não me vejo mais só no mundo."

NOTAS:

(1) A questão da consciência de classe, vista por este ângulo, afasta a idéia de se ver a classe operária como se fora tão somente um pólo da contradição capital/trabalho, repudiando assim a visão economicista. Estudar a consciência significa também observar a situação de classe (no ambiente de trabalho e fora dele) e a posição de classe (condições subjetivas em termos de orientação político-ideológica, etc). Recentemente, os estudos de Dario Lanzardo e Raniero Panziere têm apontado nesta direção. Ver, por exemplo "Conception Socialiste de L'Enquête Ouvrière", in "Lutes Ouvrières et Capitalisme" (Ed. Anthropos, 1975, Paris).

(2) Ver Antônio Gramsci - "Concepção Dialética da História" (Civ. Brasileira, 1978, 2ª edição, Rio); "Los Intelectuales y la Organización de la Cultura" (Ed. Nueva Visión, 1972, Buenos Aires). Também Bruno Trentin - "Parti et Syndicat, une synthèse nouvelle", in "Politique Aujourd'hui", n° 9/10, 1976 (Paris).

(3) Ver Henri Lefebvre - "A reprodução das relações de produção" (Ed. Escorpião, Porto, 1973).

Roniwalter, a intenção e o gesto.

"A intenção, que eu digo, é esta de fazer algo que chegue aos setores populares, que atinja e sirva, ao menos para discussão".

Eu Roniwalter Jatobá, 29 anos, mineiro de nascimento e baiano de coração, de sentimento cheguei migrante em São Paulo. Cheguei nos anos 70, trazido por parentes e amigos como a maioria dos conterrâneos. Fui pra São Miguel Paulista, Zona Leste, abrigado maior dos mineiros e nordestinos que aqui se fixam. Então arranjei emprego numa indústria automobilística em São Bernardo do Campo. Pegava o trem todo dia, 4 horas da manhã, voltando no fim da tarde. Contato diário nesta Central do Brasil, grande painel da miséria de São Paulo.

Depois passei sete meses mais ou menos como operário gráfico na Editora Abril. Com os estudos supletivos, faculdade, vieram as promoções, veio a mudança de profissão. E senti necessidade de escrever histórias, "ndo de minhas experiências, da vida sofrida, amarga, garri-da, do trabalhador, principalmente do operário migrante do Nordeste.

"Sabor de Química", o primeiro livro foi dissabor primeiro. As lívrias não quiseram aceitar era publicação barata não dava lucro. A seguir, "Ciriaco Martins e Outras Histórias", livro caro e mal distribuído. Agora "Crônicas da Vida Operária", melhor trabalho gráfico, o preço aceitável.

Quero atingir o leitor ir a ele. de "Sabor de Química" tenho feito venda direta de meus livros, de mão em mão em escolas de periferia e em outros cantos. Gasto às horas de lazer na distribuição de meus trabalhos entre os trabalhadores, entre operários. Em sindicatos ou escolas lá estou topando uma discussão em qualquer lugar onde haja gente interessada. Nestas idas tenho até recebido cartas de operários comentando meus escritos como você pode ver aqui, e isto é gratificante demais né? Assim a gente vê a intenção se tornando um dado concreto, objetivo. A intenção, que eu digo é esta de fazer algo que chegue aos setores populares, que atinja e sirva, ao menos para discussão.

E o mercado editorial?

Coisa difícil de decifrar: o autor sem controle sobre as vendas, as tiragens dos livros sujeitos a receber na cara um não seja porque é desconhecido, seja porque o tema não interessa e pronto. "Crônicas da Vida Operária", vai pra segunda edição, foi bem aceito sim, sobretudo depois das greves do ABC paulista quando então falar em operário virou moda.

Mistificação do operário? Na literatura, por exemplo, tenho alguns senões. Muita gente me cobra a falta de consciência de classe dos meus personagens, dizem que eles são "alienados". Explico que a minha reflexão sobre o tema envolve a experiência pessoal minha, o que consigo apreender do real, tentativa de captar o operário como ele é, só. Ele é homem de carne e osso, músculos, que ama e odeia, que sofre calado na pele, mas que também explode na reivindicação, na briga. Alguns escritores brasileiros, quando trataram do tema, criaram o protótipo do homem consciente, fazendo um operário padrão que sabe das coisas, reage de pronto a exploração do patrão. Discordo disso, não percorre esse caminho, pois não foi isso que eu vi. Vi o que vivi, avanços e recuos, limites.

(Roniwalter ao gravador, no último dia 22. Texto revisto pelo autor. V.A.)

ZÉ

Dia 22 de setembro aniversariou aqui em São Paulo o Caixão de José Mojica Marins, tendo o cineasta convidado amigos e público em geral para um coquetel em seus estúdios da Móoca. E como os tempos são de exaltação cívica, também o Caixão prometia quebrar seu silêncio: de viva voz ele agradecia a homenagem, aproveitando a ocasião para esculhambar os inimigos de Zé do Caixão.

Não era a primeira vez que Mojica organizava coisas desse tipo. Sempre que tem algo a declarar ele promove uma festa, uma comemoração. O gênio é vivo e não perde tempo nessa chanchada vampiresca que críticos e cineastas insistem em produzir através da pequena e grande imprensa. Zé do Caixão não curte vampiro. Quem curte Zé do Caixão?

Fui para o coquetel esperando encontrar os jovens realizadores aqui de São Paulo, porque afinal não é todo dia que se pode manter contato imediato com o verdadeiro objeto não identificado do cinema brasileiro, essa tal de INVENÇÃO. Mas a grande maioria das figuras que compareceram ao aniversário eram pessoas lá do pedaço mesmo, assistentes e alunos do Mojica que, além de incríveis fitas de horror, dirige uma escola de cinema, mistura de seita ocultista com programa de calouro. Já estive por lá uma época, curtindo os ensinamentos do cineasta: longas considerações sobre a morte, histórias exemplares, panorâmicas da vida no planeta, a sua em especial. Tudo isso pra ilustrar uma prática de cinema que não dissimula as condições em

é transada: indústria cultural em país pobre. A coisa não ficava por aí, já que o objetivo da escola era a formação de técnicos, atores e assistentes para as produções de Mojica, o que determinava um envolvimento direto dos "iniciadores" com os filmes que estavam sendo produzidos. Isto é, Mojica procurava, no varejo, cuidar daquilo que a Embrafilme deveria estimular no atacado: formação de novos quadros estáveis de realizadores, para o mercado em expansão. As dificuldades para isso certamente são enormes e a Embrafilme não é deus nem mãe do cinema brasileiro. Mas não será dando verbinhas "não comerciais" para esse ou aquele documentarista ou copatrocinando cursinhos marretas de técnica cinematográfica que a empresa suprirá, a médio prazo, a demanda de filmes brasileiros para cinema e televisão. Política cultural não é donativo moralista e sim investimento planejado de capital. Neste momento em que as mafias multinacionais voltam a agitar suas bandeiras anti-estatizantes numa nova tentativa de quebrar a Embrafilme, é indispensável que a empresa tenha mais sensibilidade para se articular melhor com os verdadeiros interessados em defendê-la. Entre eles os novos realizadores que inclusive PRECISAM que a Embrafilme exista para que possam se consolidar. Mas essa é uma outra história. Interminável, por sinal. Ainda sobre seu Senai do além, leiam esse desabafo de Mojica: "Tem gente por aí que diz que começou do nada... Não é verdade, conheço a coisa toda. Hoje o ele-

mento é produtor e diretor de cinema, diretor de fotografia, conta tudo nas reportagens, menos essa passagem por aqui, mas foi aqui que ele aprendeu o que era cinema. Hoje o elemento tem casas, tem mansões, tem equipamentos próprios, é um grande amigo meu, mas não confessa onde começou, porque se disser que começou aqui, o elemento é desprezado pela sociedade, porque sou um homem maldito. Quer dizer, são obrigados a fazer assim por uma questão social. E porisso que prefiro ficar num barzinho com três quatro amigos meus discutindo como será a proxima. Em ambientes sofisticados só vou contratado, porque não falam a verdade, é muito hipocrisia e não posso desmentir, dizer na cara dele que ele é um sem vergonha".

Mas atenção: Mojica se diz maldito com a boca cheia e a trip do Grande-artista-Incompreendido-Amargado não faz o seu gênero. É fácil perceber porque. O criador de Zé do Caixão já dirigiu 29 longas metragens entre porcarias e obras primas. Desta últimas, conheço três: à meia noite levarei tua alma, à meia noite encarnarei no teu cadáver, estranho mundo de Zé do Caixão. "Ritual dos Sádicos" que ele declara ser seu melhor filme, continua sequestrado pela Censura. Paparicado nas Europas (un vrai primitif!) e enchendo salas aqui no Brasil, Mojica já ganhou. Assim, não é à toa que a festa do seu Caixão tivesse aquele jeito de velório à fantasia, primeiro uivo de carnaval. Gargalhadas, muito uísque, menta e guaraná, bolo com

velinhas, um novo filme pronto, dois outros sendo produzidos e a extraordinária figura de Francisco Luis de Almeida Salles circulando, intensa, pelo salão. Almeida Salles e Mojica são as estrelas de Horror Palace Hotel/Gênio Total/Continuidade da Luz, três superoitos de Jairo Ferreira e Rogério Sganzerla filmados durante o Gran Festival de Brasília-78 e exibidos durante a festa, em pôpuri: uma pesca de arrastão pelos subterrâneos do cinema marginal brasileiro trazendo até as margens da piscina do Hotel Nacional algumas estranhas maravilhas, como esta Pérola colhida dos lábios de Julinho Bressane "o horror não está no horror". A afirmação de Bressane seria uma espécie de senha mágica, dando acesso de muitos jeitos, aos mistérios de Zé do Caixão, além de resolver de quebra, a charada do Último Festival de Brasília, onde a Mostra paralela denominada "Horror Nacional" acabou exorcizando a carecece oficializada daquela tertúlia litero musical: Foi durante a mostra paralela de Brasília que Mojica apresentou seu filme mais recente, "Delírios de um Anormal", que está representando este ano o horror brasileiro no Festival de Sitges, em Barcelona. A ida do cineasta para Sitges está inclusive relacionada com um estranho incidente. Durante a tal festa de aniversário, o Caixão já havia exernado muita amargura. É que Caixão famoso, ele deveria realizar uma tucnê por museus de várias capitais brasileiras, não podendo acompanhar Mojica para a Espanha. Ninguém sabe ao certo o que aconteceu, mas

a verdade é que a barra do Caixão era mais pesada do que se poderia supor e nem mesmo a honra de ter seu bolo de aniversário (caixão de chocolate, em tamanho natural) contado por um deputado presente a festa pode evitar o pior. No dia seguinte, ao ser guardado no armário, o Caixão despenceou em cima de Mojica, quebrando-lhe a cravícula. Assistir a fala do Caixão e observar depois Mojica se fazendo filmar aos braços com Mario Schemberg, murmurando sabe-se lá o que na orelha do grande físico que sorria balançando a cabeça, olhos semi cerrados... Qual é a de Mojica, esse cara que resolveu inventar seu próprio cinema? Só de leve, Mojica não tem nada de primitivo nesse sentido very typical que procura diluir no folclore o pavor que as elites têm dos miseráveis. Mojica é, isso sim, inventor na tradição de Humberto Mauro, aquele cineasta de Cataguases que teve no cinema a força descolonizadora que sugere o pique modernista da nossa literatura, artes plásticas e tal coisa. Mojica é inventor porque vive criando caso e saindo da linha, essa divisa alienante que, via televisão, tende a enquadrar também o cinema nas categorias "Globo Repórter" ou "Globo Fantástico": de um lado, filmes especializados em Realidade, produzindo no documentário e ficção, o fetiche da vida-como-ela-é. Ideólogos cineastas cedendo generosamente sua palavra à História Bruta... De outro lado, Filmes Fantasia, especializados em sentimentos

humanos, delimitando o desejo numa espécie de Zona Franca onde pudessem ser transadas (consumidos) como mercadoria free-tax: supérfluos pairando em redomas ao abrigo da floresta e dos macacos. Psicanálise à carte, sonho transformado em jingle do inconsciente. Cinema de confessorário que o público, complacente, absolve... Estilo Dancing Day's. E esse plano-contra plano de realidade-faz de conta que Mojica tem a volúpia de desmontar com documentários altamente realistas sobre seus próprios pesadelos, materializando Zé do Caixão que é o Mojica dirigindo e exorcizando seus demônios na frente da câmara, e expondo com violência as razões que fizeram dele um gênio. Aladin habitando a lâmpada mágica do cinema. Para quem não acredita em lâmpada mágica experimente esfregar Dona Flor numa encruzilhada. Certamente Zé do Caixão sairá pela boca da moça, comandando suas legiões de caranguejeiras ensinadas, bagunçando lares, agufutando o padre, fazendo a cabeça das filhas do prefeito, benzedo com sangue grosso o escândalo nacional. Nesses tempos paranóicos em que tantos cineastas montam planos de seus filmes como se grudassem tijolo com tijolo, emparedando atrás da tela sua voz e seu desejo, Mojica abre a capa e grita: Humberto Mauro inventou com "Ganga Bruta" o cinema falado brasileiro. José Mojica Marins inventou aquilo que poderíamos chamar de cinema falante. Sem o padrão da palavra.

Mais uma vez a Europa se curva diante do Brasil. É Zé do Caixão que parte para a Espanha para barbarizar o festival de Sitges, com seu "Delírios de um anormal".

Goffredo Telles

A Universidade segundo

Antônio Cândido

As associações de professores universitários surgem em todo o País. Neste depoimento a **Em Tempo** Antônio Cândido, ex-professor de Teoria Literária da Universidade de São Paulo, professor da Universidade Estadual de Campinas, discute os motivos que levaram os professores a procurarem esta forma de organização. Antônio Cândido é membro da atual diretoria da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP). Sobretudo, é um dos professores a quem se deve a sobrevivência do espírito crítico na universidade, numa época em que se oficializou o obscurantismo. (entrevista a Flavio Aguiar).

Em Tempo - Que razões levaram os professores universitários a buscarem as Associações de Docentes como forma de organização. Há uma "rearticulação geral da sociedade civil". Haveria razões internas, próprias da universidade?

Antônio Cândido - Houve convergência de motivos: necessidade de um veículo para exprimir as opiniões e reivindicações do corpo docente; luta por salários melhores; tentativa de influir na reformulação da carreira; preocupação com os contrastes entre o tipo de poder exercido nas universidades e a sua verdadeira composição, etc. Estes e outros motivos variam conforme o caso. É possível que haja por aí associação de docentes de cunho meramente oficialístico, adesista e convencional. Não sei. Mas penso que a pergunta se refere às que estão surgindo nos últimos tempos com ânimo crítico e reivindicativo na linha de inconformismo mais ou menos generalizado que se manifesta nas instituições de ensino superior do Brasil. Sob este aspecto elas correspondem ao esforço de participar na restauração do comportamento democrático na universidade e no país.

Internamente há uma grande contradição nas universidades: em geral elas são organizadas e dirigidas como se o corpo docente ainda fosse constituído pelos titulares, quando o grande fato do nosso tempo é a diferenciação dos níveis docentes com equivalente difusão da competência e da contribuição ao ensino e à pesquisa. As universidades não movidas pelo trabalho de uma maioria absoluta de não titulares, mas apesar da organização departamental e das novas formas de representação das categorias sabemos que na maioria dos casos o poder ainda está concentrado em cúpulas cuja maioria é de titulares e adjuntos, com uma capacidade incrível de continuidade. Ora, só se pode admitir a duração prolongada de alguém no poder, em fases de organização e ainda aí ela só funciona bem quando surgem indivíduos excepcionalmente dotados para usar o mando em benefício da instituição o que é raro.

Devo dizer que falo com base sobretudo na minha experiência da USP. Mas sei que na maioria das universidades mais ou menos "tradicionais" o panorama é semelhante. Vistas deste lado, as associações de docentes representam o grande desejo e a grande necessidade de ajustar o poder à realidade interna e externa das universidades, num sentido democrático e anti-oligárquico.

ET - Há quinze anos criticavam-se a cátedra vitalícia, como autoritária; o número de vagas, como insuficiente; a política de verbas, como pobre. De lá para cá houve uma reforma universitária; que alterações ela trouxe e que relações tem com o surgimento das associações?

AC - Em matéria de reforma universitária tem havido pouca melhoria e muita decepção. Não ataco indiscriminadamente os que as fazem, porque uma reforma não depende basicamente dos seus autores nominais. Depende das condições gerais da sociedade, do peso da tradição institucional, das profundas atitudes de grupo, das quais as pessoas nem sempre têm consciência. O nosso momento é de certo desmoronamento quanto à função das universidades, e para sermos honestos devemos dizer que ainda não conseguimos ver com clareza quais são os caminhos que elas devem tomar. Até que isso se defina melhor, todas as reformas estão fadadas a serem insuficientes e decepcionantes. E será difícil instaurar na mentalidade renovada, flexível, como a que o Reitor Zeferino Vaz conseguiu favorecer na UNICAMP. Mas é claro que há reformas melhores e piores. Penso que elas serão tanto melhores quanto mais ampla for a base de discussão sobre que repousem, e quanto mais conseguirem quebrar a atuação dos pequenos grupos de donos do mecanismo de mando, - que podem ser honestos e bem intencionados. Não é disso que se trata. Trata-se de abrir a discussão, de acabar com as decisões tomadas no segredo dos iniciados. As associações de docentes poderão lutar para corrigir isto, como foi o caso da memorável campanha empreendida em 1977 na USP contra o projeto de reforma do Regimento Geral e dos Estatutos, que conseguiu suscitar um verdadeiro movimento de opinião do corpo docente, inclusive de muitas congregações.

As associações docentes podem atuar com eficácia no sentido de favorecer uma nova mentalidade de dis-

cusão, de abertura e de combate ao regime de cochicho, recinto fechado e infalibilidade burocrática. Deve-se criar a possibilidade de atuar sobre os dirigentes e fazer chegar a cada momento aos órgãos diretores a opinião dos professores de todos os níveis, inclusive para favorecer a emergência das lideranças legítimas (não apenas "oficiais"). Essas associações devem ser críticas e independentes em face do poder universitário e do Estado. Não para desatá-los, como pensam imediatamente os autoritários, sempre inclinados a considerar subversivo o que é desejo de análise, esclarecimento e mudanças: mas para fazer sentir quais são as aspirações e necessidades da instituição, vista pelos que a integram como trabalhadores intelectuais. Sem essa mudança de mentalidade as reformas serão em grande parte formais e parciais. Isso posto, respondo a outra parte da questão. A cátedra em si não era mal nenhum, e correspondia a uma etapa da evolução das instituições universitárias. O importante não era extingui-la, mas criar novas condições de funcionamento do ensino e da pesquisa, da hierarquia, da liderança, segundo as características da fase que estamos vivendo. Extinguiu-se a cátedra, criaram-se os departamentos e alguns freios ao autoritarismo, mas a mentalidade mudou relativamente pouco e o cargo de titular continua sendo visto como único para cada disciplina, além de concebido como privilégio brilhante. Ainda mais: de um lado os titulares e adjuntos nem sempre renunciam às atitudes de mando; de outro lado, os assistentes nem sempre assumem as responsabilidades políticas e administrativas, o que permitiria mudar o antigo estado de coisas. Resultado é que por este Brasil afora o autoritarismo continua tomando com certa facilidade o lugar da autoridade; e o arbítrio, o da liderança natural, sobretudo quando o mesmo acontece no plano da política nacional, com o regime autoritário, arbitrário, cheio de arcaísmos que é este que está aí. Na universidade e na Nação, isso funciona como freio da vontade coletiva e dos interesses da maioria.

ET - O que uma Associação de Docentes deve fazer para ajudar a democratizar a vida interna de uma universidade, e para ajudar a torná-la uma força democrática na sua comunidade?

AC - Deve fazer tanta coisa que é difícil enumerar. Um exemplo: deve lutar para corrigir o isolamento individual e institucional. Hoje os docentes vivem segregados nos institutos e nos departamentos. Raramente se encontram, não se conhecem, reúnem-se surpresos e desorganizados nos momentos de crise. Nos órgãos dirigentes, só convivem os titulares e adjuntos, com uma pequena amostra das outras categorias. Portanto, isolamento horizontal entre as unidades e isolamento vertical entre as categorias. E sabemos que quando os cidadãos estão isolados o tirano atua com maior folga.

As associações de docentes têm permitido o encontro periódico de colegas de todas as especialidades e todas as categorias, nas assembleias, nos debates, nas mesas redondas, nos conselhos gerais e de unidade. Essa função unificadora pode ter consequências incalculáveis para o futuro das universidades. Ela poderá fazer o que as boas intenções e os programas interdisciplinares nunca puderam fazer. Nas assembleias da ADUSP, nas reuniões mensais do seu Conselho de Representantes, - matemáticos, enfermeiros, físicos, economistas, sociólogos, etc., de todos os níveis, debates fraternalmente, em pé de igualdade, os problemas de interesse comum da universidade. Isso é diferente das congregações e conselhos universitários, eminentemente "seletivos", elitistas, formados em maioria absoluta por professores dos graus superiores, ligados muitas vezes à rotina burocrática, vinculados pelo hábito de mandar. Esta unificação em larga escala pode ser o começo de uma nova era, em que a universidade comece a atuar como um todo, acima das suas unidades. Só vendo isso entendi uma frase de Crodovaldo Pavan, que é um paladino da integração e do debate: que a salvação da universidade está nas associações de docentes.

ET - Qual a melhor maneira - e os principais problemas - para se organizar uma Associação?

AC - Creio que a maneira pela qual se organizou a ADUSP é boa mas naturalmente tudo depende do lugar e da circunstância: (1) luta enérgica pelos salários

adequados; (2) luta pela democratização do poder na universidade; (3) promoção de estudos e debates sobre a cultura e a função da universidade; (4) luta contra todas as formas de pressão ideológica, dentro e fora da universidade, que acabam lesando o trabalho intelectual.

Muitos docentes não têm disposição associativa nem mesmo ânimo combativo no terreno da cultura. Mas a luta salarial é um denominador comum, que promove a união de todos e assim serve eventualmente de estímulo para despertar os outros interesses mencionados. É um erro dizer que ela significa algo material e abaixo das cogitações dignas de universitários; ela é uma questão de dignificação do trabalho e representa um traço de união inestimável, desenvolvendo a consciência social de cada um.

Na ADUSP, a luta salarial bem uzida fez aumentar o número de sócios, e estes cresceram ainda mais depois do êxito da luta contra o projeto de Regimento Interno e Estatutos. Hoje, somos 2.500 associados em 4.500 docentes, o que é significativo.

ET - 0 477, as cassações, as aposentadorias punitivas as denúncias de triagem ideológica na seleção de professores caracterizaram uma "universidade ocupada", na expressão de Érico Veríssimo. Quais são as perspectivas quanto às dificuldades, para a "desocupação da universidade"?

AC - possibilidade de atingir estes fins depende da conjuntura política do país, é claro. Nos momentos de repressão muito forte resta apenas o inconformismo para os que não se lançam na difícil luta aberta. Se a situação melhora surge a possibilidade de protesto, que é um grau acima como forma de resistência. Finalmente criam-se condições para a luta das ideias, a exposição das divergências, os atos públicos, as campanhas, os manifestos, etc. Estamos nesta etapa, que vem sendo duramente conquistada pelo esforço comum dos que não aceitam o regime. Em tal etapa, as associações de classe têm um certo âmbito de ação e podem de fato atuar com alguma eficiência. A ADUSP tem promovido gestões, reuniões estudos, publicações sobre os problemas que você menciona. As dificuldades são muitas e os resultados finais dependem da evolução dos acontecimentos políticos. Mas nossa meta é trazer de volta os colegas excluídos, restabelecer o equilíbrio intelectual e moral da universidade. Só assim nos sentiremos como sobreviventes da vergonha.



Kehl

COPA E COZINHA UMA SEÇÃO A LA MINUTA



Cinema catástrofe

Produção de 25 milhões de cruzeiros, lançamento nacional com duzentas cópias, publicidade monumental em todos os meios de comunicação. Quatorze mil figurantes nas seqüências de guerra, elencos milionários e fracasso total de bilheteria. Tá Paulo Thiago com seu filme "Guerra dos Guararapes" lançou aqui no Brasil o autêntico cinema de catástrofe. E isso sem conseguir filmar batalha nenhuma porque o filme é tão opaco, tão mal transado que justificaria melhor o nome de batalha de Itararé, a tal que não aconteceu.

O filme já está saindo de circulação em São Paulo. Em Minas não seguiu nem uma semana de exibição. E o Livro Brunientrou pelo cano. O interessante é que se a distribuição fosse Embrafilme, já teria

gente dizendo que tinha havido sacanagem na jogada, que na empresa são todos corruptos e incompetentes e que talvez fosse mesmo o caso de privatizá-la ou pelo menos acabar com seus privilégios", etc, etc... Guararapes foi bem lançado.

Sua produção é bem cuidada. Se ele é careta, estéril, isso não tem nada a ver com a fortuna que foi investida nele. Esse negócio de meter o pau num filme porque ele custou caro é uma bobagem que só reforça o fantasma moralista da serpente corrompendo a pureza da cultura. Guararapes não deu certo porque pretende ser uma epopéia e não passa de "cinema posado". Epopéia é História eletrificada pela paixão. Isso, em cinema, se produz no Tempo de momento: fluxo contínuo de sentido (Hum-

berto Mar to disse que cinema é cachoeira...) liberado não pela acumulação dos planos mas pela tensão que mantém entre si.

E a ausência dessa tensão que faz de "A Guerra dos Guararapes" um filme chato, isto é, sem profundidade-um suntuoso desfile de espectros.

Mas nem tudo está perdido: o filme tem momentos muito bonitos, principalmente aqueles filmados de Helicóptero. Aliás, se Paulo Thiago quisesse mesmo segurar a barra neoclássica de seu filme, deveria tê-lo filmado inteiro do helicóptero. Essa seria inclusive uma bonita homenagem do cinema brasileiro ao Dia do Aviador que festejamos em outubro.

(GTN).

O que você acha: DEBATE

Homossexual é gente?

A tentativa de organizar, em São Paulo, um Núcleo de Defesa dos Direitos dos Homossexuais recolocou em primeiro plano o tema dos movimentos sociais das chamadas "minorias". Já há vários grupos e associações feministas no Brasil; nas principais cidades brasileiras há grupos e jornais que debatem a situação do negro; no Rio surgiu e cresceu o chamado e discutido movimento "Black Rio"; também no Rio apareceu "O Lampião", jornal voltado para a discussão dos problemas da homossexualidade. O que significam esses movimentos, qual sua relação com o conjunto da sociedade: este é o tema do debate que segue. Participam *Jean Claude Bernadet*, crítico de cinema; *Inês Castilho*, jornalista de *Nós, mulheres*; *Raquel Moreno*, militante feminista; *João Silvério Trevisan*, escritor; *Edelcio Mostaço*, ator e diretor teatral e *Cesar Augusto de Carvalho*, professor de Teoria Política.

Cesar Augusto: A idéia deste debate é colocar em discussão o problema das "minorias". Para dar a saída, duas questões: o que significa movimento minoritário numa sociedade em crise; quais os limites da ação desses movimentos?

Jean Claude: Eu colocaria em questão o próprio uso da palavra "minorias". Atualmente no Brasil usa-se esta palavra a respeito de mulheres, de homossexuais e de negros. Em relação às mulheres a palavra é inteiramente descabida, do ponto de vista cultural e estratégico: não tem o que discutir. Em relação aos negros, tem o que discutir: é provável que esta sociedade, durante certo tempo, tenha sido majoritariamente negra. Com a miscigenação, passou a ser majoritariamente branca. Em termos quantitativos, pode-se falar em minoria negra. Em relação aos homossexuais, se a gente considera um comportamento sexual exclusivamente homossexual, também pode-se falar quantitativamente em minoria. Embora o relatório Kinsey, que abrange desde o comportamento exclusivamente homossexual até o de pessoas que pelo menos uma vez na vida tiveram um relacionamento homossexual, chegue a mais de 50% de população americana. O caso é de se perguntar se o critério quantitativo é válido. Eu acho que em termos dos negros esse critério não tem o menor sentido. Se a gente considerar que esta sociedade foi majoritariamente negra e passou, devido a todo um trabalho da classe dominante, a ser majoritariamente branca, e que todo o processo cultural negro permeou o processo cultural da sociedade em geral, não se pode usar um critério quantitativo. Se é que se pode falar em "problema negro", ele é extensivo ao conjunto da sociedade, mesmo que as pessoas de sangue exclusivamente negro sejam minoria. E me parece que sobre o homossexualismo a mesma coisa pode ser dita. Homossexualismo não diz respeito apenas a homossexuais, mas ao conjunto da sociedade. O próprio fato de se usar a palavra "minorias", baseada num critério quantitativo e não num critério de processo social, já é uma maneira de isolar grupos estigmatizados da sociedade global. Existe a sociedade global, existem minorias, mas acontece que essas minorias dizem respeito a sociedade global.

Cesar Augusto: O movimento minoritário não se define em função da qualidade. O termo surge mais como em comparação aos movimentos políticos de classe. Normalmente se considera esses movimentos, chamados minoritários, como movimentos sociais e não como políticos. Assim exclui-se seu caráter combativo, negador do status quo. Mas acho que o conceito de minoria pode ser mantido porque nem os homossexuais, nem as mulheres, nem os negros apresentam uma perspectiva de mudança social em analogia apresentada pela classe operária. O problema é saber em que medida esses movimentos minoritários não teriam que atuar numa perspectiva de transição tendo em vista que a classe operária no mundo ocidental e não só nos países desenvolvidos se vê constantemente integrada, alienada, cada vez mais inerte. O movimento minoritário poderia, através da sua ação política, também servir como uma força propulsora...

Mulher e sindicato

Raquel: Para ficar nos limites que você colocou: ultimamente tem havido uma série de congressos entre os operários, particularmente entre os metalúrgicos e químicos. Há outros pra estourar neste próximo ano. Nesses congressos os sindicatos ou oposições sindicais em alguns casos têm se dado ao trabalho de tentar reunir as mulheres e levantar a situação que elas realmente vivem. Um pouco por curiosidade, um pouco talvez por que essas lideranças operárias compartilham dessa visão de um movimento que pode ser propulsor de qualquer outra coisa. Além disso, fazer um congresso sobre mulher não é tido como movimento "político"; assim apresenta as vantagens da mobilização política e menos riscos do que algo diretamente classificado como "político". Nesses congressos, as mulheres têm levanta-

Ou deve ir para o asilo, como os velhos?

Ou para o hospício, como os loucos?

Ou para a cozinha, com as mulheres?

Ou ficar quatro séculos na canga, como os negros?



tado problemas de superexploração, uma série de problemas que em geral não costumam constar ainda, infelizmente, do programa da "grande maioria" que nos interessa. Por exemplo: a dupla jornada de trabalho, a possibilidade e a necessidade da socialização dos trabalhos domésticos, sem o quê o programa da classe operária - que pretende encaminhar a solução de todos os problemas da sociedade, estaria incompleto...

Inês: ...deixando uma minoria pra fora...

Raquel: ...uma minoria de 51% da humanidade! Minorias que permeia tanto a classe operária quanto o movimento negro e o homossexual...

Inês: Diz-se que a classe trabalhadora constitui o único movimento político que realmente interessa...

Trevisan: ..."prioritário" é a palavra usada...

Inês: ...até muito recentemente e ainda por muita gente. Eu acho que se esquecem de que dentro de uma sociedade verdadeiramente democrática todo mundo realmente deveria ter o direito de viver sua própria sexualidade, sem estigmas. Somos empurrados culturalmente à heterossexualidade e reprimidos quando conseguimos escapar à determinação cultural - a mulher tem que ser passiva; o homem tem que ser agressivo etc. São milhares de coisas que permeiam a vida social e não são tomadas como fatores políticos, apesar de o serem. Eu diria que aí está a essência de uma sociedade que busque ser democrática - deve incluir negros, homossexuais, mulheres.

Trevisan: Vou só complementar. Tenho a impressão de que está existindo um problema de definição do que é "política", "ação política". Dentro de uma velha definição de "política", enquanto tomada do poder, por vias eleitorais ou não, existem realmente minorias. Acho que é dentro dessa conceitualização de "ação política" que tem sido utilizado o termo minoria. Mas eu me pergunto se preparar também não é um ato político. Porque existem vários níveis de ação política. A mulher, o negro e o homossexual têm alguns problemas específicos, outros comuns. Mas somos todos igualmente definidos como minoria porque nossos problemas, de um ponto de vista dogmático, são na verdade considerados como politicamente irrelevantes.

Da porta para dentro

Raquel: É um pouco como se a revolução devesse se dar da porta pra fora. Dentro de casa não, a gente deve preservar as coisas como estão, para ter melhores condições de modificar o mundo lá fora. Pouco importa que essas "melhores condições" acabem na verdade sendo uma opressão maior das mulheres e de outros grupos. E que o caminho que pretendam levar a uma liberação da sociedade acabe na verdade palmilhado de tantos problemas quanto esses da sociedade que a gente pretende modificar.

Edelcio: Quanto ao conceito de minoria, ele em si já é um jogo que o sistema faz, tentando isolar todas as forças, os agentes possivelmente revolucionários que possam provocar alguma mudança social. Eu acho que a "minorias" não se configura mais quantitativamente mas sim qualitativamente. Ou seja, é aquele grupo que consegue fazer certas especificações sobre sua partici-

pação, consegue criar determinadas metas e métodos de ação social. Nesse nível dá pra se falar em minoria. Do ponto de vista da quantidade as mulheres não são minoria. Mas do ponto de vista da atuação sim. No momento existe uma minoria de mulheres que tem consciência dos seus problemas, da sua real situação...

Cesar Augusto: Quando coloquei que os movimentos minoritários são vistos apenas como movimentos sociais, não quis dizer que eu entenda assim esses movimentos. O movimento minoritário parece algo à margem de questões importantes, como, por exemplo, do problema da revolução política da classe operária - o que faz o movimento minoritário ficar relegado a um segundo plano. Essa perspectiva tem que ser combatida. Eu citaria por exemplo a União Soviética. Quando lá se subordinou, a questão feminina às diretrizes de um partido político...

Trevisan: ... todos os partidos comunistas, em geral, fazem isso...

Cesar Augusto: Sim, e qual é o resultado? Caso a sociedade seja modificada, as minorias continuam sendo tanto ou mais reprimidas do que antes. A perspectiva de mudança social não pode apenas ser vista do enfoque da tomada do poder, mas sim no plano global. O problema do prazer não pode ser deixado pra sociedade futura. Temos que colocá-lo desde já. Colocá-lo hoje é uma perspectiva revolucionária, porque significa lutar contra o conceito do corpo como mero instrumento do trabalho... Lutar contra o próprio trabalho produtivo, ou seja, alterar a função do trabalho na sociedade. Nesse sentido o que estamos chamando, provisoriamente, de "movimento minoritário" teria condições de colocar esse problema e de levá-lo a frente.

Edelcio: A ideologia dominante cria a "minorias" a partir de determinados tabus. A mulher, por exemplo, é estigmatizada através de todo um esquema armado pra transformá-la num ser inferior, menos inteligente, passivo. A mesma coisa com os negros, os homossexuais, os esquizofrênicos, vários outros grupos. Quer dizer, a ideologia dominante cria uma série de artimanhas para manter a sociedade debaixo do tacão. Quando eu me referia a minorias que se manifestavam qualitativamente eu me referia a componentes mais conscientes desses grupos, que começavam a denunciar as fontes de opressão. Nesse nível eu acho que política é um comportamento. Não é aquela coisa feita apenas pra fora do portão de casa. Existe uma modificação interior que deve corresponder a uma modificação exterior. Não se pode mais pensar numa reestruturação social que não leve em consideração esses aspectos. Já tivemos inúmeros exemplos de países que passaram de um modo de produção pra outro. E no entanto não ocorreu a mesma modificação no modo de estruturação social. Por exemplo, veja-se o problema do machismo...

Roque: Na verdade a gente não vive só numa sociedade de classes mas também numa sociedade patriarcal...

A questão do patriarcado

Trevisan: O problema todo está aí: ao se falar de minoria, me parece absolutamente necessário partir de um enfoque que ultrapasse o mero ponto de vista da luta de classes. Além disso, dentro da esquerda, em geral, a sexualidade é considerada coisa insignificante

por ser vista como improdutiva economicamente. Entretanto para uma análise das minorias é preciso levantar o problema do patriarcado - mesmo que em geral não interesse as esquerdas. Acontece que o patriarcado não é apenas um privilégio da sociedade capitalista, nem de uma única classe. Acho realmente muito importante que a Raquel mencionasse isso. É verdade que o patriarcado se manifesta profundamente numa sociedade capitalista, na predominância e supermania do macho dentro da nossa sociedade. É através dele que se define a cultura, que se cria a riqueza e se perpetua a propriedade; é através dele que se definem todos os valores. Algumas análises marxistas têm que ser aproveitadas, mas acrescentadas de outras que o marxismo não consegue abranger. O próprio marxismo resulta de um momento histórico determinado que foi um dos momentos culminantes do patriarcado: a revolução industrial. O capitalismo é um produto típico desse patriarcado - mas não é o único. A concorrência, um comportamento patriarcal tão importante na nossa sociedade capitalista, ainda existe no socialismo, através da luta pelo poder, também como produto cultural do patriarcado. A consagração da heterossexualidade é sem dúvida um outro produto típico do patriarcado. Nas análises sociais geralmente feitas por aí as coordenadas giram em torno da luta de classes. Caiu fora disso, não se sabe mais o que dizer. Não se interpretam mais as sociedades senão até aí. Se eu for considerado pequeno-burguês e não classe operária, então não tenho nada mais a fazer senão curtir esse sentimento de culpa diante da revolução... ora, chega de sentimentos de culpa.

Edelcio: Conversei com vários homossexuais pra discutir esse tipo de problema e eles colocaram o seguinte: mas até que ponto a gente deve se unir com as mulheres? Até que ponto nós não somos competidores para as próprias mulheres? Uma colocação...

Trevisan: ...típicamente patriarcalista...

Edelcio: ...sim, claro. Na realidade as próprias minorias que sofrem o problema acabam introjetando a sociedade de uma maneira muito mais estratificada. É muito comum a gente encontrar no meio homossexual um reacionarismo com relação a qualquer modificação social - na medida em que isto represente uma ameaça àquele pequeno status adquirido e aquela pequena vida agradável, a sombra que se consegue desfrutar. Isto é, da classe média pra cima.

O tema dos privilégios

Jean Claude: Pode-se tentar ampliar o que o Edelcio está colocando. E que os movimentos de emancipação das faixas estigmatizadas da sociedade não podem estar imunes aos problemas gerais da sociedade, em termos de comportamento global político, seja patriarcal, seja luta de classes, etc. Dentro desses movimentos reencotram-se, às vezes de modo até mais agudo, problemas e comportamentos da sociedade geral. Você cita que o machismo existe na faixa homossexual. O machismo existe não apenas em relação às mulheres, ele existe também nos homossexuais entre si. Ele existe entre mulheres, na faixa homossexual.

Inês: E até não homossexual.

Jean Claude: Essas faixas estigmatizadas tendem a reproduzir certas características da sociedade global. Às vezes radicalizando e às vezes, como disse o Edelcio, como forma de preservação de um mínimo de conquista. Além disso, eu não acredito que haja atualmente no Brasil (em termos homossexuais eu tenho certeza, em termos de negros eu tenho dúvidas) realmente movimentos de emancipação. Tenho a impressão de que existem movimentos de emancipação da classe média...

Trevisan: Nem isso - apenas um movimento de auto-identificação: um movimento de tomada de consciência individual de um problema de grupo.

Jean Claude: Mas numa certa faixa das classes sociais. O que você pode verificar nos meios homossexuais é que é uma certa classe que começa a ter acesso a um certo tipo de consumo, um certo tipo de comportamento, até um certo tipo de liberalismo... mas que aquilo não diz respeito ao conjunto da sociedade. Um grupo desse tipo tem que defender, digamos, as suas prerrogativas, o seu lugar ao sol. Também defende os seus interesses de classe, em termos de status, de poder, de poder aquisitivo. Em relação aos negros me pergunto se a mesma coisa também não estaria acontecendo, através da formação de uma classe média intelectualizada negra. Hoje, eles dizem, estamos ligados aos negros da família, aos negros da favela. Inclusive porque eles têm ainda membros da família, muitas vezes os pais, que estiveram na favela, ou próximo a isso. Mas eles estão caminhando para as universidades, se encaminhando enfim pra novas áreas da sociedade capitalista. Daqui a pouco é bem possível que eles esqueçam o que estão dizendo hoje e simplesmente constituam um novo segmento da classe média. As "minorias", para realmente exercerem uma atuação política, tanto em termos de luta de classes quanto de patriarcalismo, etc., devem perceber que elementos essenciais da sociedade podem ser postos em xeque a partir da sua situação. Não se trata apenas de um lugar ao sol e da tolerância que se pode dar ao negro, à mulher, etc. Trata-se de colocar em cheque elementos básicos da sociedade.

Trevisan: Não sei em que momento a tua análise cai no lugar comum das esquerdas. Não consegui detectar onde. Você está colocando o problema de que é apenas uma classe média que está levantando essas bandeiras. Mas que alternativa temos? Fundar um departamento feminino, negro ou homossexual dentro de um partido socialista? Eu acho triste isso. Eu acho legítima a atuação de intelectuais de esquerda, de classe média. A esquerda está cheia de homossexuais que são da classe média. Quero dar vez aos homossexuais da classe média também. Mais: também a homossexualidade na classe operária deve ser debatida. Os operários também são machistas, por que não? E isso tem que ser dito...

e isso tem que ser dito ...